

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**A SOJA NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
(ALCA): CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO E A
PERCEPÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS**

Sandro Rogério dos Santos

Porto Alegre

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

A SOJA NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS
(ALCA): CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO E A
PERCEPÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS

Autor: Sandro Rogério dos Santos

Orientador: Paulo Dabdab Waquil

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação
em Economia Aplicada como
quesito parcial de obtenção do
Grau de Mestre Modalidade
Profissionalizante em
Economia Aplicada.

Caxias do Sul - RS

2002

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que de certa forma acreditaram na minha capacidade e me apoiaram em mais essa etapa cumprida de minha vida. Principalmente na concretização desse sonho, que se transformara em realidade, que é a conclusão do Mestrado.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor e Orientador Paulo Waquil pela dedicação e atenção dispensada,

A minha esposa pela paciência e cumplicidade dedicada,

Aos meus pais pela oportunidade da vida,

A minha irmã pelo auxílio ortográfico e textual,

A todas as pessoas que colaboraram de forma direta e indireta para a realização da pesquisa,

Ao Mestre Jesus pela paz, saúde e felicidade, até nos momentos mais difíceis.

Muito obrigado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA.....	15
3 A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA): ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CRONOLOGIA.....	18
3.1 Principais Tópicos Discutidos nas Reuniões.....	23
3.1.1 I Reunião de Cúpula das Américas (EUA, 1994).....	23
3.1.2 I Reunião Ministerial (EUA, 1995).....	25
3.1.3 II Reunião Ministerial (Colômbia, 1996).....	26
3.1.4 III Reunião Ministerial (Brasil, 1997).....	27
3.1.5 IV Reunião Ministerial (Costa Rica, 1998).....	28
3.1.6 II Reunião de Cúpula (Chile, 1998).....	29
3.1.7 V Reunião Ministerial (Canadá, 1999).....	32
3.1.8 VI Reunião Ministerial (Argentina, 2001).....	33
3.1.9 III Reunião de Cúpula (Canadá, 2001).....	35
3.2 Minuta de Acordo Sobre a Agricultura.....	37
4 ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS: UM ESTUDO DESCRITIVO SOBRE O SETOR AGRÍCOLA.....	40
4.1 A Agricultura nas Américas: Um Estudo Sobre os Principais Sistemas Agrícolas.....	41
4.1.1 Sistema Úmido (Irrigado).....	43
4.1.2 Sistema Baseado no Uso de Recursos Florestais.....	44
4.1.3 Sistema Misto e de Plantações Costeiras.....	44
4.1.4 Sistema Intensivo Misto.....	44
4.1.5 Sistema Misto Cereal-Gado (Campos).....	45
4.1.6 Sistema Milho-Feijão (Mesoamérica).....	45

4.1.7 Sistema Misto Extensivo (Cerrados e Planos).....	45
4.1.8 Sistema Intensivo Misto de Montanha (Andes do Norte).....	46
4.1.9 Sistema Misto de Terras Altas e Planaltos (Andes Centrais).....	46
4.1.10 Sistema Mediterrâneo Misto.....	46
4.1.11 Sistema Temperado Misto (Pampas).....	47
4.1.12 Sistema Seco Misto Extensivo.....	47
4.1.13 Sistema Seco Misto.....	47
4.1.14 Sistema de Pastoreio.....	48
4.1.15 Sistema Disperso (Bosques).....	48
4.2 A Agricultura da ALCA em Números.....	48
5 A CULTURA DA SOJA NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS.....	61
5.1 Origem da Soja.....	61
5.2 Evolução da Cultura da Soja na Área de Livre Comércio das Américas no Período de 1996 a 2000.....	63
6 O PARECER DOS PRODUTORES, TÉCNICOS E EMPRESÁRIOS RURAIS SOBRE O MERCADO DA SOJA NA ALCA.....	74
6.1 Opinião dos Produtores Sobre a ALCA.....	75
6.2 Opinião dos Técnicos Sobre a ALCA.....	79
6.3 Opinião dos Empresários Rurais Sobre a ALCA.....	83
7 CONCLUSÃO.....	89
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
9 ANEXO.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Indicadores Econômicos da ALCA (1998).....	20
Quadro 2 – Características Principais e Potencialidades dos Sistemas Agropecuários nas Regiões das Américas.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total e agrícola, e área total e agrícola nos países da ALCA (médias de 1996 a 2000).....	50
Tabela 2 – Quantidade de tratores e consumo de fertilizantes nos países da ALCA (médias de 1996 a 2000).....	52
Tabela 3 – População agrícola, área agrícola, tratores e consumo de defensivos nos países da ALCA (médias de 1996 a 2000).....	54
Tabela 4 – Produção agrícola nos países da ALCA, cereais, cítricos, oleaginosas e frutas (médias de 1996 a 2000).....	55
Tabela 5 – Produção agrícola nos países da ALCA, hortaliças, legumes, raízes/tubérculos e carnes (médias de 1996 a 2000).....	57
Tabela 6 – Evolução da superfície cultivada de soja (em ha), na ALCA, no período de 1996 a 2000.....	63
Tabela 7 – Rendimento médio em kg/ha por hectare de soja, na ALCA, no período de 1996 a 2000.....	66
Tabela 8 – Evolução da produção de soja em toneladas, na ALCA, no período de 1996 a 2000.....	68

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Evolução da superfície cultivada de soja (1996 a 2000).....	64
Gráfico 2 – Produção de soja no NAFTA, Mercosul, ALCA e Mundo.....	69

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo verificar a trajetória das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), desde os seus antecedentes históricos até os acontecimentos mais recentes. Por outro lado, caracteriza também os sistemas produtivos das Américas, através das suas principais potencialidades e entraves, com o intuito de desvendar quais dos membros do bloco possuem vantagens quanto as suas condições edafoclimáticas. Num outro momento, a pesquisa descreve especificamente a produção de soja entre os países formadores da ALCA, enfocando os aspectos de produção, produtividade e área plantada entre os períodos de 1996 a 2000, com a finalidade de descobrir quais dos integrantes ocupa posição de destaque no cultivo da planta. Finaliza-se o estudo com o parecer dos agricultores, técnicos e empresários rurais ligados diretamente ao agronegócio da soja, pois deles busca-se ilustrar o ponto de vista de uma classe de suma importância para a geração de renda, riqueza e divisas para o país.

ABSTRACT

The present study aims to describe the path followed by the Free Trade of Americas (FTAA) since the onset up to the present.

It also shows Americas' strong and weak production systems, all of which related to a variety of different land and climate areas of the countries that take part in the Free Trade of Americas.

The study describes, in details, the soy growth, by the FTAA, from 1996 to 2000, to point out the leader countries in such matter.

Farmers, experts in the subject and business traders' point of view are taking into account in order to shed light upon such a specific source of exchange, income and wealth among different countries.

1 INTRODUÇÃO

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é um dos principais projetos integracionistas das Américas para esse século. Esse projeto inclui trinta e quatro países e dentre esses, está incluído o Brasil. Essa integração pretendida afetará de modo contundente as áreas econômica e social de todos os participantes, e a eliminação de tarifas aduaneiras exigirá que os segmentos redirecionem suas atividades e busquem mais do que nunca, aumentar sua competitividade.

Apesar das tentativas do Brasil e dos países integrantes do Mercosul em retardar esse processo pela falta de preparo político comercial e estrutural, pode-se dizer que isso é algo quase irreversível, pois, até o atual presidente brasileiro, participando da Segunda Cúpula Hemisférica realizada em Santiago do Chile, no ano de 1998, ratificou a participação e o engajamento do país.

Segundo Campos (1995), no início da década de 80, começa a se delinear uma profunda crise nos mercados mundiais de produtos agropecuários, provenientes de uma queda nos preços agrícolas internacionais. O autor ainda salienta, que essa crise se estende até os dias atuais, e que o grande fator motivacional é uma contração na demanda mundial de alimentos, associada a uma superprodução de vários produtos. No entanto, a magnitude dessa crise e suas conseqüências para a agricultura global conduziram vários países a efetuarem reformas nas suas estratégias de produção e de inserção no comércio mundial, pois não se pode delinear ao mesmo tempo dois posicionamentos antagônicos, um amplo e complexo que é a formação desse projeto integracionista comercial, associado as dificuldades que se encontram os mercados agrícolas.

Sendo assim, a revolução tecnológica desse final de século, no que tange especificamente à agricultura, tem incorporado tecnologia e produtividade cada vez mais desvinculadas de matérias primas de origem primária, fazendo com que, por meio de processos biotecnológicos, propiciassem e criassem novos materiais substitutivos dos insumos tradicionais. Logo, nesse contexto de transformações

econômicas e tecnológicas por que passam os países desenvolvidos e os emergentes, é que se precisa compreender os processos implicativos que virão a envolver o setor agrícola, e nesse caso, mais especificamente a soja.

Waquil (2001) em seu ponto de vista, salienta que poucos são os trabalhos feitos que analisem e verifiquem os impactos de uma liberalização comercial entre os países membros da ALCA, e principalmente quando se trata do setor agrícola. Entretanto, urge que se faça algo a respeito desse assunto, pois um estudo assim caracterizaria melhor esse segmento econômico e contribuiria para futuras pesquisas.

Por outro lado, descrever essas relações desencadearia uma série de processos interessantes para serem pesquisados, e dentre eles poderiam ser relacionados os riscos e as oportunidades de uma integração que os países membros enfrentariam, salientando principalmente as suas vantagens produtivas perante aos demais parceiros.

Diante da complexidade que é a formação de um processo de integração econômica, e nesse caso, especificamente a ALCA, visto também a amplitude desse procedimento que vai além de um simples relacionamento entre nações, buscar-se-á através desse trabalho algumas respostas para os seguintes questionamentos: Como está o processo de formação da ALCA? Qual é a importância do setor agrícola para a Área de Livre Comércio das Américas? Qual a representatividade da soja para a economia do bloco? Qual a opinião de produtores, técnicos e empresários rurais sobre o assunto em epígrafe?

Entretanto, analisar os resultados desse processo de integração sobre o mercado de grãos representa a busca de informações para algumas perguntas ainda sem resposta, uma vez que escassas são as pesquisas desenvolvidas com relação a esse assunto, e muito ainda existe para ser verificado. Por outro lado, envolver os agentes ligados diretamente na produção, comercialização e transformação da oleaginosa, pode trazer a essa pesquisa uma contribuição impar, pois neles reflete-se a realidade cotidiana de quem depende desse segmento econômico.

Por sua vez, sendo o setor agrícola de suma importância econômica para os países integrantes da ALCA, no que se refere a geração de renda, empregos e

divisas, o presente estudo busca então dar uma contribuição científica para esse segmento de mercado que muito representa, tanto em termos produtivos como em termos econômicos para os seus países.

Já por outro lado, sendo a soja uma cultura de expressiva participação agrícola, industrial e comercial tanto para o Brasil, como para outros países da ALCA, em termos de produção e exportação, estudar tal produto representa a busca de uma fundamentação mais refinada, a um produto cuja característica é de principalmente trazer e gerar divisas internas e externas.

Sendo assim, esse trabalho vem a acrescentar junto a literatura já existente um arcabouço de informações técnicas e científicas, e busca contribuir com uma série de dados que melhor caracterize o setor produtivo entre os países membros da ALCA, e ainda, procura identificar dentro desse contexto, qual a relevância da soja para a economia mundial e o que ela representa na economia do bloco.

A fim de se estabelecer algumas metas a serem alcançadas ao final dessa pesquisa, o principal objetivo do trabalho é descrever qual a importância do setor agrícola para a ALCA, enfocando os processos produtivos no intra-bloco, fazendo uma análise dos reflexos desse processo de integração econômica sobre o setor produtivo de grãos, mais especificamente a soja, busca também mensurar qual a representatividade desse setor sobre a economia do bloco, bem como descobrir, dentre os países integrantes, quais possuem vantagens em termos de produção, e também, no que diz respeito aos riscos e as oportunidades da inserção dos países membros para o complexo da soja, dando uma ênfase no ponto de vista dos produtores, técnicos e empresários rurais.

O trabalho ainda tem por objetivos específicos, analisar os processos e a evolução da formação da Área de Livre Comércio das Américas; verificar a importância do setor agrícola para o bloco; fazer um estudo mais detalhado da soja produzida nos países membros da ALCA, enfocando a produção, produtividade e a área destinada para o cultivo da oleaginosa; e, verificar os riscos e as oportunidades dessa integração para o complexo soja, sob a ótica dos agentes envolvidos no processo, nesse caso os produtores, técnicos e empresários rurais.

2 METODOLOGIA

Nessa fase, são definidos os métodos que foram utilizados para que a pesquisa seja realizada, por isso, agora explicitar-se-á as técnicas, os instrumentos, a seleção dos dados, a forma de análise e de interpretação das informações coletadas. O principal objetivo dessa definição é traçar os caminhos a seguir, selecionando também as estratégias utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

Primeiramente, pode-se dizer que o trabalho é realizado através de um estudo teórico e empírico, desenvolvido para esse objeto de pesquisa, dando ênfase em revisões bibliográficas embasadas no conhecimento dos pesquisadores entendidos no assunto, coleta de dados, e, posteriormente a análise desses dados através de instrumentais estatísticos, gráficos e as entrevistas junto aos agentes.

A primeira seção do trabalho desenvolveu-se através de uma pesquisa junto ao site www.ftaa-alca.org, onde foram coletadas informações sobre todas as reuniões de cúpula e reuniões ministeriais que deram início ao processo de formação dessa área de livre comércio, desde o ano de 1994 até o ano de 2001. Como arcabouço teórico para a descrição do processo, utilizou-se material também coletado via internet, através do site do Ministério das Relações Exteriores (www.mre.gov.br), onde estudiosos do processo contribuíram com artigos sobre o tema proposto.

Para o desenvolvimento da segunda seção, coletou-se material junto a FAO (*Food and Agriculture Organization*), pelo site www.fao.org, onde extraiu-se do banco de dados estatísticos da organização, informações sobre a população total, população agrícola, área total, área agrícola, quantidade de tratores, consumo de fertilizantes e consumo de defensivos, fazendo uma média entre os anos de 1996 a 2000. Num outro momento, ainda na mesma seção, o objeto de estudo foi a produção agrícola observada através da análise dos cultivos dos cereais, cítricos, oleaginosas, frutas, hortaliças, legumes, raízes/tubérculos e carnes, para uma média entre os anos de 1996 a 2000. A finalidade de fazer essa média entre os anos, deve-se ao fato de evitar que a pesquisa tenha informações

distorcidas, que podem ser causadas por anos atípicos em determinadas regiões em estudo.

A seção 3 da pesquisa que destinou-se exclusivamente para análise da soja na ALCA, também teve como referencial quantitativo o banco de dados estatísticos da FAO, onde as informações coletadas dizem respeito a superfície cultivada, rendimento médio e a produção para um período de 5 anos (1996 a 2000). O material teórico para a análise das informações foi extraído através de revistas, artigos e livros especializados no assunto.

Para fazer o fechamento da pesquisa, a quarta seção tem o propósito de verificar e analisar qual o ponto de vista dos produtores, técnicos e empresários rurais envolvidos diretamente na produção e comercialização da oleaginosa. Esse trabalho tem como suporte técnico a busca de dados qualitativos, baseado em informações obtidas através de questionários (em anexo) aplicados entre o período de dezembro de 2001 a janeiro de 2002, aos agentes envolvidos no processo. Foram desenvolvidas nesse tempo 30 entrevistas, nas cidades de Passo Fundo, Carazinho, Chapada, Tio Hugo e Não-Me-Toque, todos no Rio Grande do Sul. Essa região foi selecionada pelo pesquisador devido, a mesma ter grande representatividade na produção, comercialização e industrialização da soja em grão no estado. Os entrevistados não foram escolhidos aleatoriamente, também não são estabelecidos critérios para a seleção dos mesmos, somente a disponibilidade de atendimento, por parte dos entrevistados para a discussão das questões.

Do total dos entrevistados, oito são empresários envolvidos no complexo da soja, com segmentos que vão da simples comercialização até a transformação da matéria-prima em outros subprodutos, como o óleo e o farelo. Dentre os técnicos, são realizadas nove entrevistas, sendo que todos são empregados de empresas, ou órgãos ligados ao ramo agrícola (o nome das empresas e dos órgãos voltados para a agricultura, são mantidos em sigilo, a fim de não expor as pessoas que prestaram as informações para a pesquisa). Finalizando o trabalho, treze produtores (sendo quatro de grande porte, quatro de médio porte e cinco de pequeno porte) registram o seu posicionamento sobre as questões discorridas na pesquisa.

As entrevistas seguem um roteiro pré-estabelecido em forma de questionário, sendo que o objetivo é possibilitar uma percepção mais abrangente dos colaboradores. No entanto, os entrevistados expuseram suas opiniões sobre os temas propostos de maneira simples, sendo que eles tiveram a liberdade de discorrer sobre os assuntos de forma direta e pessoal. Dentre as perguntas formuladas, questionou-se: o conhecimento do processo de formação da ALCA; se essa integração econômica pode ser boa ou ruim para o mercado da soja; se há mais riscos ou oportunidades para a oleaginosa; se o prazo para implantação do processo é suficiente; qual a opinião sobre o Mercosul; e comentários adicionais, caso os agentes quisessem expor mais alguma opinião.

3 A ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA): ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CRONOLOGIA

O presente capítulo tem por principal objetivo, mostrar os antecedentes históricos ao processo de formação econômica da ALCA¹, bem como o cronograma proposto entre os anos de 1994 a 2001, através de reuniões com Ministros responsáveis pelo comércio, e chefes de estado e também pelas reuniões de cúpula. Verifica ainda alguns tópicos importantes sobre a minuta divulgada em julho de 2001, a qual traz um capítulo específico que fala sobre as questões relacionadas à agricultura.

O processo de integração hemisférica ou “Área de Livre Comércio das Américas”, conhecido pela sigla ALCA, começou a desenvolver-se de maneira mais acentuada a partir do ano de 1990. No entanto, em 1987, com um âmbito mais restrito, foi firmado o Acordo de Livre Comércio entre os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá. Três anos depois, com algumas variações que permitiram adaptar seu núcleo central às necessidades de hoje, o antigo projeto ressurgiu através da “Iniciativa das Américas”, lançada em junho de 1990 pelo ex-presidente norte-americano George Bush, pai do atual presidente dos Estados Unidos George W. Bush.

Essa iniciativa visava acompanhar as transformações políticas e econômicas em curso na América Latina e oferecer uma nova modalidade de relacionamento dos EUA com a região², centrado no comércio, nos investimentos e na solução do problema da dívida dos países em desenvolvimento, objetivando criar uma zona de livre comércio hemisférica, que se estenderia do Alasca à Terra do Fogo.

¹ O calendário de reuniões e deliberações da ALCA pode ser acessado na íntegra na página – www.ftaa-alca.org

² Compõem os países dessa região: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, St. Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

No ano de 1993, o Brasil propõe acordos de livre comércio com outros países da América do Sul (denominando-os de “Iniciativa Amazônica”). Nesse mesmo ano ocorreram dois fatos relevantes que foram:

1. a conclusão das negociações do NAFTA (*North American free Trade Agreement* ou Acordo de Livre Comércio da América do Norte) entre México, Canadá e Estados Unidos – em vigor desde 1^o de janeiro de 1994; e,
2. a conclusão dos acordos multilaterais da Rodada Uruguai (em dezembro/1994) que culminariam com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Uma análise simples sugere que o debate sobre a posição sul-americana ou mesmo latina é inferior no âmbito da ALCA. Somente o PIB (produto interno bruto) dos Estados Unidos representa 76,2% do PIB total da ALCA, em 1998 (Quadro 1). Somando-se ao Canadá, esse percentual sobe para 81,6%, restando para a América Latina e o Caribe uma participação de 18,4%. Logo, toda a região latina pode ser entendida como uma economia pequena nas negociações da ALCA.

Os dados do PIB per capita apenas confirmam as diferenças das regiões englobadas na ALCA. Enquanto o PIB per capita da América Latina foi de US\$ 4.100, o dos EUA registrou US\$ 32.104 e o do Canadá US\$ 19.779, em 1998. Esses resultados apenas refletem os desníveis de geração de riqueza e da população. A América Latina não só é mais pobre como também mais populosa, pois tem 61,9% dos habitantes do hemisfério.

O Mercosul, no entanto ocupa uma posição singular na ALCA, pois 10,3% do percentual de 18,4% do PIB dos países latinos referem-se aos países do Mercosul (Quadro 1). Portanto, a perspectiva de fortalecimento do Mercosul e a consolidação de uma posição sul-americana é atrativa porque aumenta relativamente o poder de barganha nas negociações com os americanos.

Quadro 1 - Principais indicadores econômicos da ALCA (1998)

Regiões	PIB (US\$ milhões)	Participação do PIB (%)	PIB per capita (US\$)	Participação da população (%)
América Latina	1.994.961	18,46	4.100	61,90
Mercosul	1.111.748	10,29	5.281	26,46
Brasil	782.416	7,24	4.717	21,10
Estados Unidos	8.230.397	76,17	32.104	33,92
Canadá	580.623	5,37	19.779	4,00
ALCA	10.805.981	100,00		100,00

Fonte: www.worldbank.org

No ano de 1994, o Brasil propõe, na VIII Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), uma área de livre comércio na América do Sul (ALCSA), a qual absorveria a anterior “Iniciativa Amazônica”. Também nesse ano, Chile e Bolívia associam-se ao Mercosul. Destaca-se ainda em 94 que, os quatro países integrantes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) iniciam um importante processo de negociação com a União Européia (UE), com vistas à celebração de um acordo que foi efetivamente firmado em dezembro de 1995 no Palácio do Oriente, em Madrid. Embora já existisse um antigo acordo de cooperação entre Mercosul e a então Comunidade Econômica Européia desde 1992, foi apenas no ano de 1994, com a declaração dos Presidentes dos quatro países, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercado Comum, que se deu um novo e definitivo impulso para a integração dos dois blocos.

Segundo Chaloult (2000), o Mercosul deve cultivar suas relações com a União Européia, maior mercado integrado do planeta com mais de 370 milhões de habitantes e totalizando mais de um terço do comércio mundial. O autor ainda afirma que o lançamento da nova moeda, o Euro, fortalece a UE, que pode ampliar seus investimentos no Mercosul, o qual em contrapartida, está habilitado para abrir novas parcerias em setores como infra-estrutura, telecomunicações, transportes e portos, tecnologias ambientais, dentre outros segmentos.

Em termos comerciais, Chaloult (2000) ainda ilustra em seu trabalho que no ano de 1996 a UE absorveu mais de 24% das exportações do Mercosul e foi responsável por mais de 26% de todas as suas importações. Saliencia ele, “Considerando o período de 1991 a 1996, as exportações do Mercosul para a UE passaram de US\$ 14,7 para US\$ 18 bilhões, enquanto as importações deram um

salto, totalizando US\$ 7,8 bilhões em 1991 para US\$ 21,9 bilhões”. (Chaloult, 2000, p. 55-56).

Diante ao exposto, negociar com a UE é importante para mostrar aos Estados Unidos que o Mercosul tem opções de alianças, e que não há necessidade de se precipitar no processo da ALCA. Sendo assim, fazer parte da ALCA e da UE é salutar tanto para o Brasil como para seus parceiros do Mercosul, pois estudos realizados mostram que o bloco tem muito mais vantagens negociando com a UE por existir uma maior complementaridade comercial, do que com a ALCA. Por outro lado, tanto o Brasil como o Mercosul devem atuar em várias frentes de negociações, e assumir a postura de *global trader*, com o objetivo de conquistar novos mercados, uma vez que as negociações dos membros do Mercosul com a UE não impede que os países continuem participando do processo de criação da ALCA.

A denominada “Cúpula das Américas” (ou “Cúpula de Miami”), realizada entre 9 e 11 de dezembro de 1994, foi o ponto de partida para o novo projeto integracionista americano. A declaração final dos Chefes de Estado e Governo, constante na I Cúpula das Américas, afirma o objetivo de negociar uma área de livre comércio hemisférica até o ano de 2005. Nesse caso, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) atuariam como suporte técnico de secretaria para esse processo de integração.

Em junho de 1995, ocorreu a primeira reunião ministerial do processo hemisférico, em Denver, nos Estados Unidos. Nessa reunião foram constituídos sete grupos de trabalho para preparar o início das negociações sobre a base dos acordos sub-regionais existentes e de forma compatível com as obrigações previstas na Organização Mundial do Comércio.

Em março de 1996, foi realizada a segunda reunião ministerial sobre comércio, em Cartagena das Índias, e nessa reunião foram constituídos quatro grupos adicionais de trabalho, e também se proclamou o objetivo de “progressos concretos” até o final do século.

Em maio de 1997, a cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, sediou a terceira reunião ministerial. Essa reunião definiu o formato e a organização do início das negociações, a partir de abril do ano de 1998.

Em março de 1998, na cidade de San José da Costa Rica, foi realizada a IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio, e logo após, no dia 19 de abril do mesmo ano, realizou-se a II Cúpula Hemisférica em Santiago do Chile. Todas essas reuniões ministeriais e vice-ministeriais celebradas até a de San José foram de caráter preparatório para o início das negociações de criação da ALCA. A partir da reunião de Santiago do Chile elas deixam de ser preparatórias e passam a assumir um caráter mais definitivo, ou seja, uma espécie de modelo para ano de 2005.

Em novembro de 1999, realizou-se a V Reunião Ministerial, esse encontro foi em Toronto, no Canadá, e o principal objetivo era a discussão do processo de formação da ALCA, seus métodos e objetivos, e também a busca do comprometimento dos países em eliminar de forma progressiva as barreiras existentes tanto no comércio, como nos investimentos.

A VI Reunião ministerial foi realizada na Argentina, no dia 7 de abril de 2001. Esse encontro teve como marco geral, o comprometimento dos Ministros dos 34 países integrantes do Bloco, em dar continuidade as normas subjacentes às decisões das Reuniões de Cúpula, principalmente no que tange ao plano de ação, ou seja, as negociações para a formação da ALCA devem ser encerradas até janeiro de 2005, para que seja possível a entrada em vigor das decisões da Área de Livre Comércio o mais tardar, até dezembro de 2005.

A III Reunião de Cúpula, realizou-se no Canadá (Quebec), em abril de 2001 nos dias 20 a 22, os chefes de estado reuniram-se novamente para criar uma terceira versão do Plano de Ação, e o objetivo desse encontro foi o levantamento de questões sobre a democracia, direitos humanos e liberdade, justiça, leis do direito e segurança dos indivíduos.

3.1 Principais Tópicos Discutidos nas Reuniões

A fim de melhor ilustrar o capítulo, verificar-se-á agora, cronologicamente, os principais tópicos discutidos nas reuniões ministeriais e de cúpula. Com isso, ficarão mais claros os objetivos de cada uma delas, bem como os pontos mais importantes debatidos para a formação da Área de Livre Comércio das Américas. Cabe ainda salientar, que todos os documentos oficiais dos acordos firmados para a construção da ALCA utilizados como base para elaboração da pesquisa podem ser acessados pela internet através da página da ALCA: www.ftaa-alca.org

3.1.1 I Reunião de Cúpula das Américas (EUA, 1994)

A reunião de Cúpula das Américas (Miami) foi o marco inicial das negociações, a declaração de princípios ali adotada serve de diretriz para os diversos países participantes do processo. Essa declaração, ainda indica diversas prioridades, dentre elas pode-se destacar que os pontos mais importantes foram:

- Formar um pacto para o desenvolvimento e a prosperidade: democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável nas Américas;
- Preservação e fortalecimento da comunidade de democracias das Américas;
- Promoção da prosperidade mediante a integração econômica e o livre comércio;
- Erradicação da pobreza e da discriminação no hemisfério;
- Garantia de desenvolvimento sustentável e conservação dos meios naturais para as futuras gerações.

Dentre os itens citados anteriormente na declaração de princípios, pode se dizer que existe uma certa preocupação entre os governantes de fortalecer a democracia nas Américas, e por isso fica claro o posicionamento dos membros em excluir Cuba do bloco, já que para existir desenvolvimento democrático na

região, as sociedades devem dar direitos para o cidadão participar do governo de seu país, através de eleições diretas, livres e transparentes.

No que diz respeito a integração econômica e livre comércio, o ponto crucial das discussões está na questão dos subsídios e da eliminação de barreiras ao comércio, pois somente com a implementação de políticas sérias de proteção contra o comércio desleal, fará com que a ALCA atinja o seu objetivo, que é o crescimento das nações de forma integrada e organizada.

O fato é que existe uma distância muito grande entre o discurso e a prática no que diz respeito ao acesso a mercados, pois diante do desequilíbrio econômico e tecnológico entre os países que formarão a ALCA, fica claro o favorecimento da economia norte-americana. Existem alguns otimistas que afirmam que a eliminação de barreiras ao comércio brasileiro, privilegiará alguns produtos, e que em contrapartida causará um aumento nas exportações. No entanto, a abertura do mercado interno faz com que produtos importados, acirrem a concorrência interna, fazendo com isso, que os países fiquem cada vez mais dependentes da exportação de produtos primários.

De um outro modo, a proteção e os subsídios dos EUA aos produtores, fazem com que o produto norte-americano se torne mais competitivo em relação aos produtos estrangeiros que entram no país. Porém, o governo norte-americano não discute as questões das barreiras não-tarifárias na ALCA, alegando que esse tema deve ser negociado junto a OMC.

Talvez a erradicação da pobreza seja o mais sério dos problemas a ser resolvido nesse processo de integração. Conforme foi verificado anteriormente no quadro 1, não se pode comparar, por exemplo, países como o Brasil, Estados Unidos e Canadá, onde em termos de PIB per capita o povo brasileiro recebe 85% menos do que o americano e 76% menos do que o canadense.

Reconhecendo que o crescimento econômico é fundamental para superar as disparidades econômicas e fortalecer a democracia, é necessário enfrentar o principal desafio que confronta o hemisfério – a erradicação da pobreza. Sendo assim, algumas iniciativas estão sendo tomadas como a promoção da competitividade e um comércio de acesso mais igualitário. Para isso, está sendo projetado junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o Banco

Mundial, programas de incentivo ao apoio de novos produtos para grupos de baixa renda, bem como da criação de linhas de crédito para o fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas.

A questão do desenvolvimento sustentável é outro fator de suma importância para os chefes de estado participantes dessa reunião de cúpula. Pois segundo eles, em hipótese alguma o crescimento econômico ocorrerá em detrimento de impactos negativos ao meio ambiente, e que a principal finalidade desse item na declaração de princípios é o gerenciamento do ecossistema e dos recursos naturais de forma sustentada e responsável. No entanto, sabe-se que teoricamente esse discurso é muito interessante, porém, na prática, nada de concreto tem se verificado no decorrer do período, para que tais iniciativas propostas, realmente tenham surtido efeito nas considerações dos chefes de estado.

3.1.2 | Reunião Ministerial (EUA, 1995)

A reunião Ministerial sobre Comércio, realizada em Denver, Colorado, em 30 de junho de 1995, deu prosseguimento à Reunião de Miami. Tendo como base as decisões adotadas na Primeira Reunião de Cúpula das Américas. Nessa reunião decidiram os ministros, responsáveis pelo comércio, iniciar a preparação para as negociações ativas.

Em cumprimento aos compromissos dos chefes de estado e de governo com vistas a construção da ALCA, os ministros reconhecem a necessidade de empreendimentos preparatórios de caráter imediato no hemisfério, e estabelecem grupos de trabalho nas seguintes áreas:

1. Acesso a mercados;
2. Procedimentos alfandegários e regras de origem;
3. Investimentos;
4. Padrões e barreiras técnicas ao comércio;
5. Medidas sanitárias e fitossanitárias;
6. Subsídios; *antidumping* e direitos compensatórios;

7. Economias menores.

O programa geral para cada grupo de trabalho deve compreender a identificação e o exame das medidas existentes relacionadas ao comércio em cada área, a fim de identificar abordagens possíveis para as negociações.

Sendo assim, o grupo de acesso a mercados encarregou-se de organizar um banco de dados referente a identificação de barreiras comerciais para produtos industriais e agrícolas. O grupo dos procedimentos alfandegários e regras de origem ficou incumbido de buscar condições para a criação de um sistema de inventários sobre procedimentos alfandegários dos países que fazem parte da ALCA. Já o grupo dos investimentos tem a preocupação de montar um inventário sobre os investimentos feitos na região e também orientar os países a respeito do tema em evidência. O grupo denominado de padrões e barreiras técnicas ao comércio, busca por objetivo uma padronização e compilação de informações dos regulamentos técnicos existentes entre os países membros do bloco. As medidas sanitárias e fitossanitárias também tem seu grupo específico, e a finalidade é compilar um inventário cujas informações sirvam como padrão para a região como um todo. O grupo dos subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios tem por função identificar os subsídios às exportações agrícolas e verificar qual a melhor maneira para tratar dessas distorções no comércio. Para finalizar, o grupo das economias menores terá de montar um esquema para ajustar os países com pouca participação comercial, com vistas a ampliação e expansão do comércio regional.

3.1.3 II Reunião Ministerial (Colômbia, 1996)

A Segunda Reunião Ministerial sobre Comércio, realizada em Cartagena , Colômbia, no dia 21 de março de 1996, aumentou o número de grupos de trabalho, os quais são citados a seguir:

1. Grupo de trabalho sobre compras governamentais;
2. Grupo de trabalho sobre direitos de propriedade intelectual;
3. Grupo de trabalho sobre serviços;

4. Grupo de trabalho sobre política de concorrência.

Na ocasião, adotou-se definitivamente o nome técnico de alguns grupos já existentes. Assim, de “Procedimentos Alfandegários e Regras de Origem”, passou para “Procedimentos Aduaneiros e Normas de Origem”; e de “Padrões e Barreiras Técnicas ao Comércio”, para “Normas e Barreiras Técnicas ao Comércio.

A finalidade do grupo de trabalho sobre compras governamentais é de compilar e criar um inventário sobre as normas desses processos entre os países membros, e também realizar um estudo sobre as barreiras existentes ao acesso às compras do governo. Já o grupo dos direitos de propriedade intelectual tem a tarefa de criar um inventário sobre a própria denominação, além de analisar os impactos das novas tecnologias no que tange ao direito de propriedade intelectual. O grupo dos serviços tem o objetivo de interagir com os demais grupos de trabalho, e buscar dados dos mesmos para fundamentar os processos de negociação da ALCA. A respeito das políticas de concorrência, o grupo tem que criar o seu próprio banco de dados, além de identificar as políticas já existentes no hemisfério e observar as inter-relações dessas com a área de livre comércio.

3.1.4 III Reunião Ministerial (Brasil, 1997)

No dia 16 de maio de 1997, realizou-se a III Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio. A reunião ocorreu na cidade de Belo Horizonte (MG), no Brasil. Desse encontro, surge o anexo II da Declaração Conjunta, o qual estabelece os termos de referência para um novo grupo de trabalho, chamado de solução de controvérsias.

O grupo de solução de controvérsias ficou incumbido de criar um banco de dados, buscando identificar as áreas de convergência e divergência entre os países membros do bloco. Esse grupo inicialmente foi coordenado pelo Uruguai.

Nesse encontro, os brasileiros tiveram a oportunidade de entabular maior conhecimento sobre o assunto em epígrafe. Para isso, foram realizadas três reuniões preparatórias (Florianópolis, Recife e Rio de Janeiro) as quais demonstravam a vontade de participação do empresariado privado, que por sua

vez já havia sido excluído das discussões do projeto de integração do Cone Sul, desde os protocolos de Sarney-Alfonsín até os tratados que levaram ao Mercosul.

Taglialegna, Jank, Miranda e Ribeiro (1998), afirmam que o encontro de Belo Horizonte, teve o seu foco voltado para as discussões sobre a forma de condução dos trabalhos para a conclusão das negociações. E salientam que se por um lado o Brasil e os parceiros do Mercosul defendiam uma postura de prudência e um provável adiamento da data limite de 2005 para 2008, por outro lado os EUA defendiam de maneira mais rápida possível a implementação da ALCA.

3.1.5 IV Reunião Ministerial (Costa Rica, 1998)

No dia 19 de março de 1998, ocorreu a IV Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio em San José, na Costa Rica. Sendo que os principais tópicos abordados foram:

1. Início das negociações;
2. A estrutura e a organização das negociações, incluindo os grupos, a presidência e a vice-presidência dos mesmos;
3. Presidência e vice-presidência da ALCA;
4. Grupo consultivo sobre economias menores;
5. Secretaria administrativa das negociações.
6. Comitê tripartite;
7. Participação da sociedade civil;
8. Progressos concretos para o ano 2000;
9. Comércio eletrônico;

Dessa declaração ministerial resultaram dois anexos: sendo o primeiro, elencando objetivos gerais; e o segundo, enumerando os objetivos por área temática que são: acesso a mercados, agricultura, regras de origem, procedimentos aduaneiros, investimentos, normas e barreiras técnicas ao comércio, subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios, compras

governamentais, direitos de propriedade intelectual, serviços, políticas de concorrência e solução de controvérsias.

Sendo assim, conforme o plano traçado para a implementação do processo de criação da Área de Livre Comércio das Américas, a partir da Cúpula Presidencial de Miami, introduziu-se uma estrutura para que os 34 países que estão participando consigam iniciar as negociações, tendentes a implementar os acordos sobre o livre comércio no hemisfério para o ano de 2005.

Desde essa data, os Ministros responsáveis pelo Comércio, assim como seus Vice-Ministros e assessores, celebram várias Cúpulas e Reuniões com a finalidade de orientar e encaminhar seus países para o desenvolvimento das negociações.

Através da Reunião Ministerial de Costa Rica, foram estabelecidos foros de discussão e trabalho com os temas relevantes para as negociações comerciais durante o processo. Esses foros, denominados “Grupos de Trabalho Hemisféricos” (GTHs) reúnem-se com uma periodicidade bimensal.

O objetivo dessas reuniões é coordenar o trabalho que vem sendo feito no processo ALCA de forma geral, incluindo o trabalho dos GTHs, assim como outros temas que se devem discutir, relacionados com a forma e o cronograma das negociações.

3.1.6 II Reunião de Cúpula (Chile, 1998)

O governo do Chile recepcionou a II Cúpula das Américas, nos dias 18 e 19 de abril de 1998, em Santiago. O calendário oficial anterior marcava o mês de março, no entanto, devido a diversas pressões, inclusive do Mercosul, o encontro foi adiado para o mês seguinte. As principais propostas da Agenda da II Cúpula das Américas foram as seguintes:

1. Educação;
2. Preservação e fortalecimento da democracia e dos direitos humanos;
3. Integração econômica e livre comércio;
4. Erradicação da pobreza e da discriminação;

5. Desenvolvimento sustentável.

Através desse Segundo encontro de Cúpula, foram oferecidas oportunidades de efetuar uma ampla avaliação do processo iniciado em Miami e de adotar as decisões necessárias que conduzam ao aperfeiçoamento do processo integracionista. Com esse fim, foram solicitados aos coordenadores responsáveis das iniciativas de Miami, que apresentassem, nessa ocasião, informes escritos sobre o progresso aos mandatários.

Sendo assim, a Cúpula de Santiago constitui-se em uma instância de particular relevância para continuar impulsionando o diálogo político e as ações coletivas baseadas nos interesses comuns dos países hemisféricos. Seus resultados devem traduzir-se em acordos concretos que dêem solução às necessidades urgentes dos povos e ao mesmo tempo tracem um esquema que permita enfrentar adequadamente os desafios que são apresentados aos países no momento da integração.

Para isso fez-se necessário aprofundar e aperfeiçoar o esquema de coordenação e consulta hemisférica, além de priorizar as iniciativas tendentes à solucionar os problemas sociais que virão afetar os países integrantes do bloco.

Dentre os aspectos positivos da II Reunião de Cúpula Hemisférica, alguns deles devem ser levados em consideração, pois os 34 países participantes do processo de criação da ALCA, se comprometeram a empreender uma série de iniciativas que modificariam o atual cenário jurídico da América, como um todo. Esse acordo, chama-se “Plano de Ação da Segunda Cúpula das Américas”, e seus aspectos mais importantes são citados a seguir:

- Educação como a chave para o progresso;
- Financiamento, estratégias de cooperação horizontal multilateral e acompanhamento;
- Preservação e fortalecimento da democracia, da justiça e dos direitos humanos;
- Fortalecimento das administrações municipais e regionais;

- Prevenção e controle do consumo indevido e do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e também de outros delitos conexos;
- Terrorismo e fomento da confiança e da segurança entre os estados;
- Fortalecimento do sistema judiciário e dos órgãos judiciais;
- Fortalecimento, modernização e integração dos mercados financeiros;
- Ciência, tecnologia e cooperação energética regional;
- Infra-estrutura hemisférica e desenvolvimento sustentável.

Novamente essas iniciativas que priorizam a minimização dos problemas sociais encontrados entre os países integrantes do bloco, estão muito longe de se tornarem fatos concretos, pois até o presente momento, não passam de meros acordos hipotéticos, não traduzindo a realidade conjuntural e estrutural que se espelha entre os membros do acordo.

Para não dizer que é simplesmente uma crítica com relação ao plano de ação, pega-se por exemplo o quinto item do presente acordo, que prevê um controle do consumo e do tráfico ilícito de entorpecentes, isso é um problema sério que assola não só os países ricos, como também os em desenvolvimento. No Brasil, o poder paralelo tem dominado o comércio ilegal de tóxicos, armas e contrabandos, tornando-se um problema caótico para a sociedade em geral, uma vez que associado a isso estão as situações de assaltos, homicídios e seqüestros. Na Venezuela e na Colômbia esse mesmo poder paralelo não reconhece a força do estado, criando suas próprias leis e regulamentos, fazendo com que a população viva em constante terror, devido os conflitos armados entre traficantes e exército.

Quanto ao item que discorre sobre o fortalecimento, modernização e integração dos mercados financeiros, observa-se que esse tópico está muito distante dos fatos ocorridos no período. A crise do mercado financeiro Argentino (referindo-se aos problemas financeiros ocorridos em 2001) é um exemplo clássico do antagonismo entre a propostas do acordo e os acontecimentos reais. As dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil e pelo Uruguai (já no ano de 2002), também não condizem com os objetivos propostos pelo plano de ação.

Então, verifica-se que todo esse discurso hoje parece subjetivo, pois a viabilidade de se colocar em prática essas iniciativas, depende muito mais do que uma simples assinatura de acordo, mas também da vontade política dos governantes.

3.1.7 V Reunião Ministerial (Canadá, 1999)

A quinta reunião Ministerial, foi realizada em Toronto no Canadá, nos dias 03 e 04 de novembro no ano de 1999, dentre os assuntos que foram tratados, novamente ficou claro que os principais objetivos são as eliminações das barreiras comerciais e sobre os investimentos, e que todos os países envolvidos no processo fiquem cientes de que não devem fixar políticas que possam causar prejuízo aos demais parceiros do bloco. Logo após essa reunião, foram apresentados os seguintes resultados:

- 1) Adoção de oito medidas de facilitação de negócios na área de procedimentos aduaneiros e de outras dez medidas na área de transparência;
- 2) Estabelecimento de diretrizes para o futuro das negociações até a Reunião Ministerial de Buenos Aires, realizada em abril de 2001;
- 3) Os nove grupos negociadores voltaram a se reunir em Miami em janeiro de 2000 e o objetivo foi a preparação de uma minuta (uma para cada área de atuação) para a próxima Reunião Ministerial, contendo textos de consenso, alternativas e textos entre colchetes. Os grupos negociadores relacionados com acesso a mercados para bens e serviços devem discutir modalidades e procedimentos para as negociações nas suas respectivas áreas;
- 4) O Comitê de Negociações Especiais (CNC) após examinar o material enviado pelos grupos de negociadores, deverá iniciar as discussões sobre a arquitetura geral de um acordo da ALCA (aspectos gerais e institucionais do acordo);
- 5) Designação de Presidentes e Vice-Presidentes dos Grupos e Comitês do Processo ALCA. O Brasil foi escolhido para a Presidência do Grupo

Negociador de Agricultura, na pessoa do Embaixador Francisco Thompson Flores;

- 6) Aprovação de mensagem dos Ministros de países participantes da ALCA enviada ao Conselho da OMC (Organização Mundial do Comércio), por ocasião da Rodada do Milênio, falando sobre a eliminação de subsídios agrícolas.

Conforme pode ser observado nessa reunião ministerial, o Brasil ficou responsável pelas negociações referentes à agricultura. No entanto, quando o assunto é relacionado as questões agrícolas, o Ministro Celso Lafer num dos seus discursos enfoca que essas negociações envolvem um tripé: acesso a mercados, subsídios e medidas de apoio interno. E ainda salienta que a redução de tarifas sem o estabelecimento de disciplinas efetivas para subsídios traz riscos para o Brasil, tanto no mercado interno como em terceiros países. Por outro lado, o Ministro preocupa-se quando a questão refere-se às medidas sanitárias e fitossanitárias, e argumenta que essas medidas não devem ser utilizadas como barreiras ao comércio, assim como ocorreu no episódio do embargo canadense às exportações de carne brasileira.

3.1.8 VI Reunião Ministerial (Argentina, 2001)

Os Ministros Responsáveis pelo Comércio no Hemisfério, representando os 34 países participaram das negociações da Área de Livre Comércio das Américas, denominada “Sexta Reunião Ministerial”, a qual realizou-se em Buenos Aires, Argentina, em 7 de abril de 2001.

Dentre os principais assuntos tratados, eles tomaram nota dos importantes avanços registrados nas negociações da ALCA nessa segunda etapa de dezoito meses sob a Presidência da República Argentina. Também reafirmaram as regras e objetivos que guiaram o trabalho desde a Primeira Cúpula das Américas; em particular, o consenso como princípio fundamental para a tomada de decisões do processo da ALCA e a consecução de um acordo equilibrado, abrangente e em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio. Por outro lado, eles deixaram claro que o resultado das negociações da ALCA

constituirá um compromisso único (*single undertaking*), abrangente, que incorpore os direitos e obrigações, e que sejam mutuamente acordados para todos os países-membros.

Eles acreditam também na importância da liberalização do comércio, tanto no nível mundial quanto no regional, para gerar crescimento econômico e prosperidade no hemisfério. Nesse sentido, os Ministros consideram importante o fortalecimento dos processos de integração em andamento, os quais podem facilitar a consecução de uma integração hemisférica plena.

Nesse período, os Chefes de Estado e de Governo analisaram os progressos alcançados na implementação dos desafios identificados nas Cúpulas das Américas anteriores e na identificação de novas prioridades para a ação hemisférica. Reconhecendo a significativa contribuição que a integração econômica, principalmente através da ALCA, pode representar para a consecução dos objetivos previstos no processo da Cúpula das Américas, que inclui o fortalecimento da democracia, a criação de prosperidade e a realização do potencial humano.

Os Ministros ainda reafirmam o compromisso, contido nas Declarações anteriores, de levar em consideração, o desenho da ALCA, as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias do hemisfério, de forma a criar oportunidades para a plena participação das economias menores e aumentar seu nível de desenvolvimento.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, é que nessa VI Reunião Ministerial, dentro do anexo I, o qual designa os esclarecimentos aos grupos de negociação, e quando o assunto é agricultura, o item B do mesmo faz as seguintes considerações:

1. Instruir o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, de forma coordenada com o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados, recomendações sobre os métodos e as modalidades para a negociação tarifária no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data, a fim de iniciar negociações, o mais tardar, em 15 de maio de 2002;

2. Instruir também o Grupo de Negociação sobre Agricultura a apresentar ao Comitê de Negociações Comerciais, recomendações sobre o alcance e metodologia para a eliminação dos subsídios às exportações que afetam o comércio dos produtos agrícolas no hemisfério, no prazo de 1º de abril de 2002, para sua avaliação pelo CNC em sua primeira reunião após essa data.

Para Pereira (2001), a data de 1º de abril de 2002 parecia distante, considerando, o ponto central das negociações, que é a tarefa de avaliação e a construção das posições. Para ela, nessa construção, é fundamental a participação dos diversos setores da sociedade, mesmo os que são contra a participação do Brasil na ALCA.

Ainda da mesma autora num de seus posicionamentos, ela salienta que: “Uma questão sempre presente no debate é o movimento para uma maior liberalização comercial do Brasil. Dada a dimensão da economia americana em relação à brasileira, uma abertura para o mercado dos Estados Unidos é quase equivalente a uma estratégia de abertura para o resto do mundo”. (Pereira, 2001, p. 62).

3.1.9 III Reunião de Cúpula (Canadá, 2001)

Novamente os Chefes de Estado e de Governo das Américas, eleitos democraticamente, reuniram-se na Cidade de Quebec (Canadá), nos dias 20 a 22 de abril, para a III Reunião de Cúpula, com o objetivo de renovar o compromisso em favor da integração hemisférica e reiterar a responsabilidade, coletiva e nacional, de aprimorar o bem-estar econômico e a segurança dos povos. Nesse encontro, eles adotam um “Plano de Ação” com vistas a fortalecer a democracia representativa, promover a boa governança, proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Procuraram ainda criar maior prosperidade e expandir as oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que for fomentada a justiça social e a realização do potencial humano.

Os chefes de estado ainda salientam, que a riqueza e a diversidade de suas tradições oferecem oportunidades inigualáveis para promover o crescimento, compartilhar experiências e conhecimentos e criar uma família hemisférica,

baseada numa ordem internacional mais justa e democrática. E que por sua vez, devam enfrentar os desafios inerentes às diferenças existentes nos países e na região, em termos de tamanho e níveis de desenvolvimento social, econômico e institucional.

Dentre os Planos de Ação da III Reunião de Cúpula das Américas, o item 10 diz respeito a gestão agrícola e o desenvolvimento rural. A seguir são relatados alguns trechos dos principais tópicos discutidos com relação ao assunto em epígrafe.

Primeiramente, os chefes de estado reconhecem a importância fundamental da agricultura como meio de vida para milhões de famílias das zonas rurais do Hemisfério bem como seu papel como um setor estratégico na geração de prosperidade no sistema sócio-econômico, e levam em consideração a importância de desenvolver seu potencial de uma maneira compatível com o desenvolvimento sustentável, de modo a garantir um tratamento e atenção adequados ao setor rural.

Por sua vez, eles buscam promover um diálogo que incluísse ministros, parlamentares e a sociedade civil, em particular organizações ligadas as áreas rurais, assim como as comunidades acadêmicas e científicas, visando à promoção de estratégias nacionais de médio e longo prazo para o aperfeiçoamento sustentável da agricultura e da vida rural.

Outra idéia dos governantes é de apoiar os esforços nacionais para fortalecer as empresas rurais, particularmente àquelas de pequeno e médio porte, e promover, conforme apropriado, um ambiente favorável para agronegócios; incentivar, de maneira complementar, o treinamento de pequenos e médios empresários rurais, assim como a modernização das instituições de ensino profissionalizante nesse setor.

Por outro lado, entendem eles, que devem incentivar o desenvolvimento de mercados no Hemisfério para produtos obtidos através do uso sustentável de recursos naturais, e procuram facilitar o acesso daqueles produtos frutos de programas de desenvolvimento alternativo implementados em países empenhados na substituição de cultivos ilegais.

Para finalizar, eles instruíram os Ministros da Agricultura, para que na próxima reunião da Junta Interamericana de Agricultura e em colaboração com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o sentido da mesma seja de promover a ação conjunta de todos os segmentos do setor no aperfeiçoamento da vida agrícola e rural que possibilite a implementação dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas.

3.2 Minuta de Acordo sobre Agricultura

Com o objetivo de melhor ilustrar o setor agrícola na ALCA, o qual faz parte desse objeto de estudo, a seguir são citados alguns itens da minuta do acordo sobre agricultura, que foi divulgada em julho de 2001. Deve-se salientar que o texto publicado não tem efeitos jurídicos vinculantes, uma vez que ainda está em negociação. O mesmo será modificado à medida que avancem as negociações. Cabe ainda dizer que na Declaração de Buenos Aires, os Ministros instruíram os Grupos de Negociação para que intensifiquem esforços a fim de resolver as diferenças existentes e alcançar consensos, com vista a eliminar os colchetes das minutas, na maior medida possível. Os colchetes, entretanto [] indicam que existem diferentes pontos de vista sobre o texto neles compreendido.

O Grupo de Negociação sobre Agricultura tem por Presidência a Guatemala e na Vice-presidência o Uruguai, e um dos principais objetivos da Declaração Ministerial de São José, é mostrar que o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados deve também ser aplicado ao comércio de produtos agrícolas, assim com os temas relacionados a regras de origem, procedimentos aduaneiros e barreiras técnicas ao comércio.

O outro objetivo da mesma declaração é de assegurar que as medidas sanitárias e fitossanitárias não sejam aplicadas de maneira a constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável entre países ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional, com vistas a prevenir as práticas comerciais protecionistas e facilitar o comércio no hemisfério. De modo congruente com o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, tais medidas são aplicadas apenas para obter o nível adequado de proteção da saúde e vida humana, animal e vegetal, e tais medidas ainda estão fundamentadas em

princípios e não serão mantidas sem suficiente base científica. As negociações nessa área abrangem a identificação e o desenvolvimento de medidas necessárias para facilitar o comércio, respeitando e examinando com profundidade as disposições aprovadas no Acordo MSF da OMC.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração, é o de eliminar os subsídios às exportações agrícolas que afetem o comércio no hemisfério. Bem como o de identificar, e submeter com maior disciplina, outras práticas que distorçam o comércio de produtos agrícolas, inclusive aquelas que tenham efeito equivalente ao dos subsídios às exportações agrícolas.

Sendo assim, encerra-se o capítulo com o posicionamento de *Pereira* (2001), ela afirma que: “A idéia da ALCA é que negociações sobre agricultura possam levar uma plena liberalização do setor, com o fim dos subsídios. Os Estados Unidos acatariam acordos de eliminação de subsídios às exportações agrícolas, freqüentemente justificados como reação à política agrícola da União Européia. Quanto aos acordos sanitários e fitossanitários, pensa-se na criação de mecanismos de consulta e normas comuns que evitem, por exemplo, o contencioso Brasil e Canadá sobre a questão da vaca louca”. (Conjuntura Econômica, março, 2001, p. 52).

No entanto, *Pereira* refere-se ao fim dos subsídios como se fosse uma questão de simples resolução, porém, cortar os incentivos dos produtores norte-americanos causaria um problema sério para os agricultores que estão acostumados a ter seu lucro mínimo garantido pelo governo. Já para os produtores brasileiros seria uma situação confortável, pois assim poderiam ter seus preços agrícolas mais competitivos internacionalmente.

O primeiro capítulo desse trabalho busca elencar de forma cronológica as reuniões ministeriais ocorridas entre os anos de 1994 a 2001 para a formação da ALCA. No entanto, analisando os fatos ocorridos e os debates em torno do processo de formação da área de livre comércio, não se pode deixar de levar em consideração alguns aspectos importantes que foram descritos no decorrer da pesquisa.

O primeiro ponto diz respeito a liberalização do comércio exterior empreendida na década de 90, e que sob a ótica econômica é algo irreversível.

Porém esses fatores provocaram uma mudança na orientação da política comercial brasileira, fazendo com que se buscasse a participação mais efetiva dos setores dinâmicos, pois deles depende a inserção competitiva na economia mundial.

Por outro lado, em termos de bloco, é certo afirmar que existe uma distância muito grande entre o discurso proposto para a área de livre comércio e a prática, uma vez que as diferenças sócio-econômicas e culturais são de fundamental importância para a implantação desse projeto. No entanto, embora as negociações comerciais sejam efetuadas entre diversos atores dos mais variados níveis de estrutura produtiva, isso não impede que as trocas sejam mutuamente vantajosas.

Sendo assim, pode se dizer que a inserção dos países membros na ALCA apresenta riscos e oportunidades, mas esses fatores podem ser bem assimilados desde que essas negociações assimétricas traduzam em resultados simétricos, no sentido de atender igualmente aos interesses das partes mais fracas, mas não esquecendo que é necessário realismo, disposição para o diálogo e criatividade. E no caso das economias menores uma maior consciência e determinação na defesa de seus interesses.

4 ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DOS AMÉRICAS: UM ESTUDO DESCRITIVO SOBRE O SETOR AGRÍCOLA

O presente capítulo busca descrever de maneira mais detalhada o setor agrícola nas Américas, e para isso, o objetivo é fazer uma caracterização das principais culturas desenvolvidas nos países integrantes do bloco, bem como das suas condições de solo, clima, extensão territorial, população agrícola, potencialidades e carências enfrentadas pelo setor.

Waquil (2000), no seu trabalho sobre o setor agrícola nas Américas, aponta que analisar esse segmento “... é de grande importância nos países que formarão ALCA, tendo em vista sua participação na geração de renda, de emprego e de divisas” (p. 64). O autor ainda salienta que embora a região gere excedentes que são destinados a exportação para outros países do mundo, a formação de uma área de livre comércio afetará de maneira significativa os fluxos intra-regionais, e afirma “estes impactos deverão ocorrer em vista das diferentes aptidões agrícolas dos países (...), assim como das assimetrias existentes no setor agrícola (...)” (p. 64).

Taglialegna, Jank, Miranda e Ribeiro (1998), argumentam que uma integração do porte da ALCA causará impactos na economia dos países da região, uma vez que o bloco possui grandes desigualdades econômicas e sociais, e ilustram as assimetrias existentes entre os países integrantes da Área de Livre Comércio das Américas. Por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) conjunto ultrapassa os US\$ 9 trilhões, no entanto, o NAFTA³ é responsável por 88% do PIB do bloco, mais de 50% da população e 89% do comércio total. Por sua vez, o Mercosul⁴, fica em 2º lugar, com aproximadamente 9,67% do PIB da ALCA, 29% da população e 7,60% do comércio total. O que se pode verificar no estudo dos pesquisadores é que NAFTA e Mercosul juntos perfazem 97,67% do PIB total do bloco, sendo que a diferença é distribuída dentre os demais países integrantes,

³ NAFTA é formado pelos seguintes países: Estados Unidos, Canadá e México.

⁴ Os autores consideraram nesse trabalho o Mercosul Expandido, o qual é formado pelos seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile.

ou seja, nota-se claramente a existência de desigualdades entre os membros dessa área de livre comércio. Os autores ainda verificam que os EUA isoladamente representam 79% do PIB total da ALCA, e o Brasil dentro do Mercosul detém 64% do PIB do bloco, configurando-se como o 2º país em termos de produto interno bruto, porém com apenas 6,2% em relação a ALCA.

Waquil (1998) num outro trabalho que afere os impactos sobre o setor produtivo de grãos no Mercosul, menciona que “ (...), é fundamental atentar para as condições econômicas e sociais dos participantes menores, dadas as grandes disparidades que existem entre as nações e entre os blocos” (p. 4). Ainda na mesma obra, o autor salienta que os países integrantes do Mercosul têm no setor agrícola sua importância realçada, uma vez que, na Argentina, por exemplo, as exportações agrícolas chegam à metade das exportações totais, enquanto que no Brasil ela é superior a 25%. No entanto, em se tratando de países desenvolvidos essa parcela situa-se em torno de 10%. Waquil (1998), ainda ilustra a importância desse segmento pela população que está envolvida em atividades agrícolas, e cita o Brasil com 18,68% e a Argentina com 11,04% de sua população total sobrevivendo desse setor, o que demonstra a real importância da agricultura para a geração de emprego e renda nos países que formam o Mercosul.

4.1 A AGRICULTURA NAS AMÉRICAS: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS SISTEMAS AGRÍCOLAS

Com a finalidade de melhor ilustrar o setor agrícola dentre os países que fazem parte da ALCA, a seguir, faz-se uma análise dos principais sistemas agrícolas, bem como de suas características básicas, por exemplo: principais culturas e níveis de pobreza. Por outro lado, serão inseridas tabelas com os dados agrícolas de cada país, agrupados conforme os esquemas de integração regional, com o objetivo de verificar as potencialidades e as disparidades encontradas entre os parceiros que formarão o bloco. As tabelas estarão

apresentadas com dados médios para um período de cinco anos (1996-2000), buscando impedir que informações desconexas sejam dadas como verídicas, quando causadas por anos atípicos em determinadas regiões, como por exemplo: períodos de secas, fenômenos climáticos, conflitos, etc...

A análise sobre os sistemas agrícolas nas Américas tem como suporte principal o estudo desenvolvido por Gulliver, Grandi, Spehar e Majella (2001), documento esse que pode ser acessado na íntegra pelo site: www.fao.org, o qual é intitulado “*Global Farming Systems Study: Challenges and Priorities to 2030*”.

Segundo os autores, a região das Américas cobre aproximadamente 39,9 milhões de Km², com uma população estimada em 2000 de 795 milhões de habitantes. Eles ainda salientam que embora a região seja de grande diversidade e condições ecológicas, a densidade demográfica é relativamente baixa, cerca de 25 hab/km², e o nível de urbanização é alto, em torno de 75%.

Gulliver, Grandi, Spehar e Majella (2001) analisam a região das Américas como sendo de grande importância a nível mundial, tanto pela diversidade de culturas, como pelos rendimentos agrícolas obtidos acima da média, quando em comparação com países que estão em desenvolvimento. Para os pesquisadores, devido à vasta extensão territorial, variada topografia e rica biodiversidade, as Américas desenvolvem a mais diversa e complexa gama de sistemas agrícolas do mundo, e enumeram os quinze principais enfatizando “vários desses sistemas apresentam uma série de subsistemas facilmente identificáveis, mesmo que geograficamente separados” (p. 3). Essas principais características podem ser melhor verificadas conforme o resumo do Quadro 2.

Quadro 2 – Características principais e potencialidades dos sistemas agropecuários nas regiões das Américas

Sistemas Agropecuários	Área	Pop. Agrícola ⁵	Principais Culturas	Índices de Pobreza
	% do total			
Úmido	9	8	Horticultura, frutas e gado bovino	Baixo Moderado
Baseado no uso de Recursos florestais	30	9	Subsistência e gado bovino	Baixo Moderado
Misto e de plantações Costeiras	9	18	Pesca, tubérculos e turismo	Baixo Severo
Intensivo-misto	4	9	Café, horticultura e frutas	Baixo
Misto cereais-gado (campos)	5	6,5	Arroz e gado	Baixo
Milho-feijão (mesoamérica)	3	11,5	Milho, feijão Café, horticultura	Severo Extremo
Misto-extensivo (cerrados e planos)	11	8,5	Gado, oleaginosas cereais e café	Baixo Moderado
Intensivo-misto de montanha (Andes do Norte)	2	3,5	Vegetais, milho, café bovinos, suínos, cereais	Baixo Severo
Misto de terras altas e Planaltos (Andes Centrais)	5	5,5	Tubérculos, ovinos cereais e vegetais	Severo Extremo
Mediterrâneo-misto	2	2	Trigo, azeitonas Horticultura, frutas	Baixo
Temperado-misto (pampas)	5	6	Gado, trigo e soja	Baixo
Seco-misto extensivo	3	1,5	Gado e algodão	Moderado
Seco-misto	6	9	Gado e milho	Severo
Pastoreio	3	1	Bovinos e ovinos	Baixo
Disperso (bosques)	3	1	Ovinos, bovinos e Silvicultura	Baixo Moderado

Fonte: Gulliver, Grandi, Spehar e Majella (2001).

4.1.1 Sistema Úmido (Irrigado)

Esse sistema é o mais fragmentado geograficamente na região, cobre um total de 1,65 milhões de km², principalmente nas áreas do norte e centro do México, e nas áreas costeiras e vales do Peru e do Chile. Quase toda a área cultivada, cerca de 4,6 milhões de hectares conta com irrigação, o que permite a intensificação da produção, a qual é geralmente destinada ao comércio e garante o sustento de uma população agrícola de aproximadamente 8 milhões de pessoas.

⁵ A população agrícola é definida segundo os autores, como aquela que se dedica ao cultivo da terra, silvicultura, pesca e seus derivados para o sustento de suas famílias.

4.1.2 Sistema Baseado no Uso de Recursos Florestais

Situa-se principalmente na Bacia Amazônica, esse sistema ocupa uma extensão aproximada de 6 milhões de Km², o que equivale a 30% da superfície da região. Compreende uma atividade agrícola diversa e de baixo uso de insumos, realizada tanto pelos nativos, como pelos colonos, mesclada com a pecuária extensiva de corte e de plantações eventuais, especialmente nas margens desse território. A área cultivada representa 1,4% do total e irrigação quase não existe. A densidade demográfica é muito baixa, com menos de três habitantes por Km².

4.1.3 Sistema Misto e de Plantações Costeiras

Cobre 1,86 milhões de Km² e tem uma população agrícola estimada em 18 milhões de pessoas. Existem aproximadamente 20 milhões de hectares de terras cultiváveis, das quais 13% contam com irrigação. Esse sistema ocupa algumas das mais ricas terras agrícolas da região; também inclui mangues e áreas isoladas de bosque tropical. Inclui como subsistemas principais: (a) propriedades familiares de pequena escala com agricultura mista, pesca costeira e freqüentemente o turismo; e (b) plantações comerciais de grande escala destinada para a exportação que geralmente pertencem a empresários estrangeiros.

4.1.4 Sistema Intensivo Misto

Situado no leste e centro do Brasil, esse sistema é o núcleo da agricultura do citado país. Ocupa aproximadamente 0,81 milhões de km² com uma população agrícola de 9 milhões de pessoas. Existem cerca de 13 milhões de hectares de terras cultiváveis, das quais 8% conta com o sistema de irrigação. O café, a horticultura e a fruticultura são culturas importantes e os níveis de pobreza são relativamente baixos nesse modo de produção.

4.1.5 Sistema Misto Cereal – Gado (Campos)

Esse sistema apresenta uma variação nos níveis de umidade e com frequência também na qualidade do solo, em relação ao sistema intensivo descrito anteriormente. Cobre aproximadamente 1 milhão de km² ao sul do Brasil e ao norte do Uruguai, tem uma população agrícola aproximada de 6,5 milhões de pessoas, dedicadas na sua maioria com a criação de gado e na produção de arroz. Existe cerca de 18 milhões de hectares de terras cultivadas, nas quais apenas 10% contam com irrigação.

4.1.6 Sistema Milho – Feijão (Mesoamérica)

Se estende desde a região central do México até o canal do Panamá, ocupando principalmente os planaltos, encostas e os solos mais pobres dessa zona. Tem uma população agrícola estimada de 11,5 milhões de pessoas, com um componente indígena importante. Cobre 0,65 milhões de Km², com quase 6 milhões de hectares cultivados, e está baseado na produção de subsistência com as culturas de milho e trigo. Apesar de estar incluído nesse sistema mais de 2,4 milhões de hectares irrigados, existe uma tendência histórica de perda das melhores terras dos vales em virtude de uma pobreza generalizada e da degradação das terras em muitas áreas.

4.1.7 Sistema Misto Extensivo (Cerrados e Planos)

Se estende sobre uma grande área de cerrados situada no centro-oeste do Brasil, e das planícies situadas no leste da Colômbia, Venezuela e Guyana. Esse sistema cobre 2,3 milhões de Km² e tem uma população agrícola de aproximadamente 8,5 milhões de pessoas. Existem cerca de 25 milhões de hectares de terras cultivadas, das quais apenas 8% contam com irrigação. Segundo os pesquisadores, apesar desse desenvolvimento intensivo de fronteira ser recente, evidencia-se que a região possui um potencial de crescimento agrícola futuro, principalmente na criação de gado, e na produção de cereais e soja, entre outros cultivos.

4.1.8 Sistema Intensivo Misto de Montanha (Andes do Norte)

Se estende por uma área de 0,43 milhões de Km² e conta com uma população agrícola de 3,5 milhões de pessoas, com uma superfície cultivada de 4,4 milhões de hectares, sendo que 20% são irrigados. Inclui dois subsistemas diferentes, geralmente diferenciados pela altitude: (a) vales interandinos desenvolvidos e encostas baixas, o coração da produção cafeeira e hortícola dos Andes; e (b) montanhas e vales altos onde predominam os cultivos de clima temperado, com produção de milho e criação de suínos, onde também predomina uma cultura indígena fortemente estabelecida.

4.1.9 Sistema Misto de Terras Altas e Planaltos (Andes Centrais)

Esta dividido em dois subsistemas distintos, cobre 1,1 milhões de Km² com uma população agrícola de 5,5 milhões de pessoas e uma área cultivada de 3,2 milhões de hectares. Na região norte e central do Peru o sistema ocupa os vales acidentados da serra alta, enquanto que do sul do Peru estende-se para o oeste da Bolívia, até o norte do Chile e da Argentina através dos planaltos. Entre as principais características do sistema incluem as produções com altitude superior a 3.200 metros, como por exemplo as sementes nativas, batatas e ovinos, associadas a uma forte cultura indígena. Por outro lado, a altura e a umidade também permitem produzir os mesmos cultivos mencionados para o caso dos Andes do Norte, nesse sistema existem aproximadamente 3,2 milhões de hectares de terras cultivadas com de irrigação.

4.1.10 Sistema Mediterrâneo Misto

Apesar de se estender numa área relativamente pequena, que se aproxima dos 0,33 milhões de Km², esse sistema representa uma proporção significativa da agricultura comercial do Chile e também da Argentina Ocidental. A área cultivada alcança cerca de 3 milhões de hectares, das quais 20% conta com sistema de irrigação. A população agrícola está em 2 milhões de pessoas. O trigo, as azeitonas, a horticultura, a fruticultura e a criação de gado são culturas importantes para esse sistema.

4.1.11 Sistema Temperado Misto (Pampas)

Se estende sobre aproximadamente 1,1 milhões de Km² na região centro-oeste da Argentina e Uruguai. Originalmente esse sistema se dedicava a criação de gado, atualmente conta com cerca de 20 milhões de hectares de terras cultivadas, das quais apenas 5% têm irrigação, e isso é resultado do crescimento da demanda internacional para cultivos como o trigo, girassol e soja, além da produção hortícola que atende a população de Buenos Aires, Montevideu e outras cidades. A população agrícola se estima em mais de 6 milhões de pessoas, e segundo os pesquisadores, se espera uma maior intensificação desses cultivos para os próximos anos.

4.1.12 Sistema Seco Misto Extensivo

Esse sistema de 0,7 milhões de Km², se estende desde o norte e centro da Argentina e Paraguai e ao leste da Bolívia, e segundo os autores está experimentando um recente desenvolvimento econômico, no entanto tem uma população agrícola de menos de 2 milhões de habitantes. Estima-se que a área total cultivada está em aproximadamente 8 milhões de hectares, com menos de 1% do sistema com irrigação. A diferença das áreas extensivas dos cerrados e planos, em potencial de crescimento do *gran chaco* está fortemente limitado pelo tipo de solo e o grau de umidade da região.

4.1.13 Sistema Seco Misto

Devido a sua localização que vai da costa noroeste do Brasil até a península de Yucatán no México, esse sistema que abrange 1,3 milhões de Km² tem uma estrutura econômica e produtiva bem estabelecida; no entanto, enfrenta a maioria das limitações agroecológicas que apresenta o *gran chaco*. Aproximadamente 2% dos 18 milhões de hectares cultivados, contam com irrigação. Com uma população agrícola de mais de 9 milhões de pessoas, esse sistema apresenta níveis de pobreza crônica entre os produtores familiares, que coexistem com propriedades rurais criadoras de gado extensiva de grande escala. Por sua vez, a degradação do solo é também um sério problema.

4.1.14 Sistema de Pastoreio

Conforme a planície se estende em direção ao sul, ela fica mais seca e fria até eventualmente fundir-se com os poucos povoados das planícies da Patagônia, cobrindo uma área de 0,6 milhões de Km². Nesse território a única atividade agropecuária é a criação de gado bovino e ovino. A área cultivada alcança menos de 1% do total e não existe informações sobre o uso de irrigação. O índice de pobreza da população agrícola que é de aproximadamente 0,5 milhões de habitantes flutua entre baixo e moderado.

4.1.15 Sistema Disperso (Bosques)

Esse sistema está situado ao sul dos Andes. A combinação de baixas temperaturas e altitudes cada vez maiores fazem com que os cultivos sejam geralmente submarginais. De uma área total de 55 milhões de hectares, menos de 200.000 se encontram cultivados. O ingresso da população rural de 0,5 milhões de pessoas é altamente dependente da criação de gado, exploração florestal e o turismo. O índice de pobreza flutua entre baixo e moderado, reflexo da baixa densidade populacional.

4.2 A AGRICULTURA DA ALCA EM NÚMEROS

A Tabela 1 apresenta dados referentes a população total e agrícola, o percentual entre a população agrícola pela população total, bem como a área total e a área agrícola, e o percentual entre área agrícola pela área total.

Com relação à população total, pode-se verificar que o NAFTA corresponde a aproximadamente 50,78% do total do bloco, sendo que somente os EUA são responsáveis por 34,92% dessa população, seguido do Brasil (20,90%) e do México (12,05%). No entanto, quando verifica-se a população agrícola, nota-se que na ALCA cerca de 14,50% dos seus habitantes buscam seu meio de sobrevivência nas atividades primárias, porém várias distorções podem ser encontradas, como por exemplo, a maior população agrícola está concentrada

no Brasil, com mais de 29 milhões de agricultores, mas corresponde a apenas 17,65% em termos relativos. Entretanto, países como Haiti e Guatemala tem população agrícola superior a 60% e 50% respectivamente, enquanto que EUA e Canadá esses valores representam menos de 3%. Com relação aos blocos, NAFTA pode ser considerado como aquele que menos utiliza o fator mão-de-obra rural, seguido de Caricom⁶ e Mercosul, enquanto que Mercado Comum Centro Americano (MCCA)⁷, outros⁸ e Comunidade Andina⁹ tem uma maior concentração de pessoas ligadas ao trabalho agrícola.

No que diz respeito à área total das américas, NAFTA e Mercosul ocupam mais de 88% de todo o território, sendo Canadá, EUA e Brasil os três maiores países em termos de extensão territorial. Já Caricom por sua vez formado por 12 países (banhados pelo mar do Caribe) ocupa apenas 0,68% da extensão total da ALCA. A área agrícola representa cerca de 31,17% da área total, novamente com NAFTA e Mercosul ocupando 89% das terras produtivas do bloco. Em termos relativos, Uruguai (84,13%), El Salvador (76,33%), República Dominicana (74,25%) e Argentina (60,85) são países que demonstram o uso mais intensivo de suas terras, já o Brasil de toda a sua extensão territorial, apenas 29% são destinadas para a produção agrícola. Destaca-se o Mercado Comum Centro Americano pela utilização mais concentrada do fator terra (47,13%), seguido do Mercosul (37,01%) e da Comunidade Andina (29,32%). Por outro lado, Caricom formado basicamente por ilhas, é o bloco que menos tem disponibilidade de áreas agrícolas, destacando-se como por exemplo, Bahamas, Belize e Guiana, com apenas 0,86%, 6,01% e 8,03% de terras agricultáveis, respectivamente.

⁶ Caricom é formado pelos seguintes países: Trinidad e Tobago, Jamaica, Bahamas, Barbados, Santa Lúcia, Guiana, Belize, Antigua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Granada, Dominica, Saint Kitts e Nevis.

⁷ Mercado Comum Centro Americano é formado pelos seguintes países: Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras e Nicarágua.

⁸ Outros são considerados os países que não pertencem a nenhum bloco econômico, e são: República Dominicana, Panamá, Haiti e Suriname.

⁹ Comunidade Andina é formada pelos seguintes países: Venezuela, Colômbia, Peru e Equador.

Tabela 1: População total e agrícola, e área total e agrícola nos países da ALCA (médias de 1996 a 2000)

<i>Blocos/Países</i>	Pop. Total (mil habit)	Pop. Agrícola (mil habit)	% Popul. Agric/Total	Área Total (1000 ha)	Área Agric. (1000 há)	%Área Agric/Total
TOTAL NAFTA	403.522	31.178	7,73	2.155.790	600.130	27,84
Estados Unidos	277.503	6.554	2,36	962.909	418.250	43,44
Canadá	30.213	827	2,74	997.061	74.680	7,49
México	95.806	23.797	24,84	195.820	107.200	54,74
TOTAL MERCOSUL	233.480	41.562	17,80	1.376.598	509.457	37,01
Brasil	166.064	29.303	17,65	854.740	250.320	29,29
Argentina	36.124	3.824	10,59	278.040	169.200	60,85
Uruguai	3.289	376	11,43	17.622	14.825	84,13
Paraguai	5.224	2.159	41,33	40.675	23.985	58,97
Bolívia	7.959	3.462	43,50	109.858	35.882	32,66
Chile	14.820	2.438	16,45	75.663	15.245	20,15
TOTAL COMUN. ANDINA	100.900	22.524	22,32	361.974	106.125	29,32
Venezuela	23.241	2.391	10,29	91.205	21.744	23,84
Colômbia	40.686	8.930	21,95	113.891	45.037	39,54
Peru	24.800	7.680	30,97	128.522	31.236	24,30
Equador	12.173	3.523	28,94	28.356	8.108	28,59
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	31.589	11.769	37,26	42.312	19.941	47,13
Guatemala	10.807	5.534	51,21	10.889	4.509	41,41
Costa Rica	3.839	847	22,06	5.110	2.848	55,73
El Salvador	6.034	2.080	34,47	2.104	1.606	76,33
Honduras	6.099	2.230	36,56	11.209	3.417	30,48
Nicarágua	4.810	1.078	22,41	13.000	7.561	58,16
TOTAL CARICOM	5.868	886	15,10	27.126	2.613	9,63
Trinidad e Tobago	1.282	117	9,13	513	133	25,93
Jamaica	2.534	541	21,35	1.099	503	45,77
Bahamas	296	11	3,72	1.388	12	0,86
Barbados	265	12	4,53	43	19	44,19
Santa Lúcia	144			62	19	30,65
Guiana	753	138	18,33	21.497	1.726	8,03
Belize	216	67	31,02	2.296	138	6,01
Antigua e Barbuda	64			44	12	27,27
São Vicente e Granadinas	111			39	13	33,33
Granada	93			34	12	35,29
Dominica	71			75	17	22,67
Saint Kitts e Nevis	39			36	9	25,00
TOTAL OUTROS	19.171	7.303	38,09	31.527	7.235	22,95
República Dominicana	8.101	1.555	19,20	4.873	3.618	74,25
Panamá	2.766	673	24,33	7.552	2.132	28,23
Haiti	7.891	4.995	63,30	2.775	1.400	50,45
Suriname	413	80	19,37	16.327	85	0,52
TOTAL ALCA	794.530	115.222	14,50	3.995.327	1.245.501	31,17

Fonte: FAO.

A tabela 2 ilustra a quantidade total de tratores, o número de tratores por área agrícola, o consumo de fertilizantes e a quantidade utilizada de fertilizantes pela área agrícola. Conforme os dados verificados, é possível identificar as profundas assimetrias ocorridas no emprego desses fatores de produção. NAFTA é o bloco que tem a maior relação tratores/hectares, pois, para cada 1000 ha de terra, existem cerca de 9,47 tratores, seguido de Caricom (3,31) e Mercosul

(2,33). O mesmo não acontece, por exemplo, com a Comunidade Andina, pois apresenta a menor relação de todos os demais blocos, com menos de 1 trator para cada mil hectares. Pode-se determinar ainda que as diferenças entre o nível tecnológico são muito grandes, pois os países norte-americanos apresentam potencial bem mais elevado de mecanização, enquanto membros como Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador entre outros, mostram realidades diferentes ao apresentado anteriormente, caracterizados pelo uso mais intensivo do fator mão-de-obra do que pelos bens de capital.

Analisando o consumo de fertilizantes, mais uma vez nota-se as diferenças existentes entre os países, pois enquanto os EUA consomem isoladamente 62% de todo esse insumo, Brasil e Canadá conjuntos utilizam outros 24%, o que salienta as condições desiguais quanto ao uso desses recursos modernos com relação aos outros parceiros a níveis muito inferiores. No que diz respeito ao uso de fertilizantes por blocos, NAFTA e Mercosul são os que utilizam esse insumo de maneira mais intensiva, destacando EUA com um consumo de 47 toneladas para cada 1000 hectares, e o Brasil com 21 toneladas para o mesmo espaço territorial.

Tabela 2: Quantidade de tratores e consumo de fertilizantes nos países da ALCA (médias de 1996-2000)

Blocos/Países	Tratores Unidades	Trat/Área Agric. (Unid/1000 ha)	Consumo de Fertilizantes (ton)	Fert./Área Agric. (Ton./1000 ha)
TOTAL NAFTA	5.684.060	9,47	24.025.952	40,03
Estados Unidos	4.800.000	11,48	20.031.042	47,89
Canadá	712.060	9,53	2.546.450	34,10
México	172.000	1,60	1.448.460	13,51
TOTAL MERCOSUL	1.187.120	2,33	6.736.992	13,22
Brasil	802.150	3,20	5.354.560	21,39
Argentina	280.000	1,65	758.286	4,48
Uruguai	33.000	2,23	122.581	8,27
Paraguai	16.500	0,69	50.455	2,10
Bolívia	5.640	0,16	9.650	0,27
Chile	49.830	3,27	441.460	28,96
TOTAL COMUN. ANDINA	92.490	0,87	1.149.897	10,84
Venezuela	49.000	2,25	268.490	12,35
Colômbia	21.400	0,48	544.380	12,09
Peru	13.190	0,42	196.605	6,29
Equador	8.900	1,10	140.422	17,32
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	22.530	1,13	96.501	4,84
Guatemala	4.300	0,95	19.433	4,31
Costa Rica	7.000	2,46	16.660	5,85
El Salvador	3.430	2,14	8.445	5,26
Honduras	5.100	1,49	12.283	3,59
Nicarágua	2.700	0,36	39.680	5,25
TOTAL CARICOM	8.661	3,31	19.015	7,28
Trinidad e Tobago	268	2,02	814	6,12
Jamaica	3.080	2,12	2.404	4,78
Bahamas	110	2,17	32	2,67
Barbados	58	3,05	202	10,63
Santa Lúcia	146	1,68	96	5,05
Guiana	3.630	2,10	14.614	8,47
Belize	1.150	3,33	477	3,46
Antigua e Barbuda	24	2,00		
São Vicente e Granadinas	80	2,15	33	2,54
Granada	12	2,00		
Dominica	90	2,29	298	17,53
Saint Kitts e Nevis	13	1,44	45	5,00
TOTAL OUTROS	10.074	1,39	55.668	7,69
República Dominicana	2.350	0,65	9.632	2,66
Panamá	5.000	2,35	36.330	17,04
Haiti	1.394	1,00	9.320	6,66
Suriname	1.330	2,65	386	4,54
TOTAL ALCA	7.004.935	5,62	32.084.025	25,76

Fonte: FAO.

A tabela 3 mostra a participação proporcional entre a população agrícola pela área agrícola, e nesse ponto, alguns aspectos importantes devem ser avaliados, como por exemplo, NAFTA é o bloco em que essa proporção é a menor de toda a ALCA, ou seja, quase 52 habitantes para cada 1000 hectares, no Mercosul esse número se eleva em 57%, ou seja, quase 82 hab/1000 ha. Já no Brasil, o número de pessoas que exercem atividades agrícolas é 7,5 vezes

superior aos Estados Unidos. A média da ALCA ficou em 92,51 hab/1000 ha., com NAFTA e Mercosul mais próximos desse resultado, e no extremo estão outros países (1.009 hab/1000ha), MCCA (590 hab/1000ha), Caricom (339 hab/1000ha) e Comunidade Andina (212 hab/1000ha).

Ainda na mesma tabela, verificando o número de habitantes por tratores e o consumo de defensivos agrícolas, é de se notar as diferenças existentes tanto entre os países, como entre os blocos. Primeiramente, Canadá e EUA apresentam um grau de mecanização muito superior aos demais parceiros da ALCA, com menos de 2 habitantes para cada trator. No Mercosul, analisando esse mesmo fator, o Brasil, supera o Paraguai, a Bolívia e o Chile, mas perde para o Uruguai e a Argentina, com quase 3 vezes mais o número de habitantes/tratores. Isoladamente, Haiti, República Dominicana, Bolívia e El Salvador podem ser considerados países com o menor índice de mecanização agrícola, prevalecendo uso mais intensivo da mão-de-obra.

Em se tratando da utilização de defensivos agrícolas (herbicidas, inseticidas e fungicidas), outros bens de capital, EUA e Brasil são os que mais se beneficiam com o uso desses insumos, utilizando praticamente 63,82% e 9,49% do total, respectivamente. NAFTA consome cerca de 68,52% de todo defensivo em relação aos demais blocos, seguido do Mercosul 19,20%, Comunidade Andina, MCCA, Caricom e outros, em conjunto perfazem 12,28% do total de defensivos consumidos na ALCA.

Tabela 3 – População agrícola, área agrícola, tratores e consumo de defensivos nos países da ALCA (médias 1996-2000)

<i>Blocos/Países</i>	Pop. Agric/Área Agric. (habit./1000 ha)	Pop. Agric/Trator. (habit./tratores)	Consumo de Defensivos (ton)	% consumo países/blocos
TOTAL NAFTA	51,95	5,49	374.328	68,52
Estados Unidos	15,67	1,37	348.665	63,82
Canadá	11,07	1,16	25.663	4,70
México	221,99	138,35		
TOTAL MERCOSUL	81,58	35,01	104.867	19,20
Brasil	117,06	36,53	37.887	6,94
Argentina	22,60	13,66	51.825	9,49
Uruguai	25,36	11,39	2.699	0,49
Paraguai	90,01	130,85		
Bolívia	96,48	613,83		
Chile	159,92	48,93	12.456	2,28
TOTAL COMUN. ANDINA	212,24	243,53	20.870	3,82
Venezuela	109,96	48,80		
Colômbia	198,28	417,29	15.092	2,76
Peru	245,87	582,26	3.288	0,60
Equador	434,51	395,84	2.490	0,46
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	590,19	522,37	19.706	3,61
Guatemala	1.227,32	1.286,98	1.584	0,29
Costa Rica	297,40	121,00	8.844	1,62
El Salvador	1.295,14	606,41	8.445	1,55
Honduras	652,62	437,25		
Nicarágua	142,57	399,26	833	0,15
TOTAL CARICOM	339,07	102,30	13.420	2,46
Trinidad e Tobago	879,70	436,57		
Jamaica	1.075,55	175,65	2.422	0,44
Bahamas	916,67	100,00		
Barbados	631,58	206,90	10.865	1,99
Santa Lúcia			133	0,02
Guiana	79,95	38,02		
Belize	485,51	58,26		
TOTAL OUTROS	1.009,40	724,94	13.103	2,40
República Dominicana	429,80	661,70	3.875	0,71
Panamá	315,67	134,60	3.645	0,67
Haiti	3.567,86	3.583,21	5.450	1,00
Suriname	941,18	60,15	133	0,02
TOTAL ALCA	92,51	16,45	546.294	100,00

Fonte: FAO.

As tabelas 4 e 5 descrevem os níveis de produção agrícola, através da média entre os anos de 1996 a 2000, por classe de produtos, a produção total é aferida em mil toneladas, e a finalidade dessas informações é de mensurar a participação dos países através dos produtos relacionados, que são: cereais, cítricos, oleaginosas, frutas, hortaliças, legumes, raízes/tubérculos e carnes.

Tabela 4 – Produção agrícola nos países da ALCA (médias de 1996-2000)

<i>Blocos/Países</i>	Cereais (mil ton.)	Cítricos (mil ton.)	Oleaginosas (mil ton.)	Frutas (mil ton.)
TOTAL NAFTA	419.549,0	20.374,0	94.480,0	43.999,0
Estados Unidos	338.224,0	14.808,0	87.745,0	30.584,0
Canadá	52.822,0		6.276,0	784,0
México	28.503,0	5.566,0	459,0	12.631,0
TOTAL MERCOSUL	87.670,0	26.482,0	76.268,0	48.078,0
Brasil	44.801,0	23.119,0	38.520,0	35.402,0
Argentina	35.648,0	2.287,0	25.931,0	6.646,0
Uruguai	2.069,0	309,0	6.845,0	570,0
Paraguai	1.249,0	302,0	3.487,0	516,0
Bolívia	1.201,0	249,0	1.463,0	1.046,0
Chile	2.702,0	216,0	22,0	3.898,0
TOTAL COMUN. ANDINA	10.258,0	1.947,0	5.614,0	19.968,0
Venezuela	2.276,0	573,0	4594,0	2.712,0
Colômbia	3.208,0	463,0	590,0	6.521,0
Peru	2.951,0	640,0	67,0	3.105,0
Equador	1.823,0	271,0	363,0	7.630,0
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	3.546,0	743,0	485,0	6.581,0
Guatemala	1.128,0	206,0	142,0	1.277,0
Costa Rica	302,0	278,0	123,0	3.535,0
El Salvador	815,0	60,0	17,0	218,0
Honduras	660,0	128,0	148,0	1.300,0
Nicarágua	641,0	71,0	55,0	251,0
TOTAL CARICOM	1.497,0	675,0	36,3	1.137,0
Trinidad e Tobago	14,0	30,0	3,0	78,0
Jamaica	3,0	154,0	16,0	415,0
Bahamas	346,0	19,0		25,0
Barbados	2,0		0,2	3,0
Santa Lúcia		3,0	2,0	127,0
Guiana	560,0	2,0	9,0	41,0
Belize	49,0	212,0	0,4	295,0
Antigua e Barbuda	45,0	220,0	0,1	8,0
São Vicente e Granadinas	2,0	2,0	3,0	49,0
Granada	306,0	4,0	0,9	18,0
Dominica	170,0	29,0	1,5	77,0
Saint Kitts e Nevis			0,2	1,0
TOTAL OUTROS	1.513,0	240,0	66,3	3.309,0
República Dominicana	559,0	122,0	50,0	1.306,0
Panamá	324,0	39,0	2,3	971,0
Haiti	437,0	64,0	12,6	956,0
Suriname	193,0	15,0	1,4	76,0
TOTAL ALCA	524.033,0	50.461,0	176.949,6	123.072,0

Fonte: FAO.

Na tabela 4, verifica-se que NAFTA é o bloco que ocupa a primeira posição na produção de cereais e oleaginosas com 80% e 58% respectivamente, sendo que o Mercosul ocupa o segundo lugar. No entanto, o bloco da América do Sul por sua vez é o maior produtor de cítricos (52%) e frutas (39%), nesse caso, fica o NAFTA na segunda colocação. Com relação ao posicionamento dos países, EUA é o primeiro maior produtor de cereais e oleaginosas, seguido de Canadá e Brasil. Na produção de cítricos e frutas, o Brasil é o líder do ranking, com EUA na

segunda colocação. Numa posição intermediária, está a Comunidade Andina entre os maiores produtores de cereais e frutas, destacando-se a Colômbia, o Peru e a Venezuela.

Numa outra análise, identifica-se o NAFTA como o maior produtor de hortaliças (70%), legumes (60%) e carnes (64%), sendo superado apenas na produção de raízes e tubérculos para o Mercosul, conforme pode ser verificado na tabela 5. Os países destaques na produção de hortaliças são: EUA, México e Brasil. Com relação aos legumes, Canadá e Brasil são os líderes da ALCA, pois juntos detêm praticamente 56% da produção total. De toda a produção de legumes do Mercosul, o Brasil representa 83,58%, e o Canadá para o NAFTA 49%. O Mercosul por sua vez, é responsável por produzir 45% das raízes e tubérculos do bloco, ficando o NAFTA como o segundo maior produtor (39%). Destacam-se como principais produtores nesse ramo, o Brasil, a Argentina e o Paraguai na América do Sul, os EUA e o Canadá na América do Norte. No entanto, quando se trata de produção de carnes, novamente, NAFTA posiciona-se como líder absoluto nesse item, deixando o Mercosul com apenas 28% numa segunda posição. Todavia, em termos de países, EUA e Brasil produzem conjuntamente 72% do total de carnes da ALCA, individualmente em seus blocos, EUA representa 82% de toda a produção de carnes, e Brasil 68% no Mercosul.

Tabela 5 - Produção agrícola nos países da ALCA (médias de 1996-2000)

<i>Blocos/Países</i>	Hortaliças (mil ton.)	Legumes (mil ton.)	Raízes/Tubérculos (mil ton.)	Carnes (mil ton.)
TOTAL NAFTA	47.593,0	6.114,0	28.488,0	43.700,0
Estados Unidos	36.481,0	1.680,0	22.675,0	36.028,0
Canadá	2.324,0	3.003,0	4.284,0	3.579,0
México	8.788,0	1.431,0	1.529,0	4.093,0
TOTAL MERCOSUL	13.485,0	3.217,0	32.422,0	19.147,0
Brasil	6.799,0	2.689,0	23.567,0	13.053,0
Argentina	3.149,0	342,0	3.160,0	3.894,0
Uruguai	150,0	6,0	189,0	583,0
Paraguai	287,0	58,0	3.298,0	402,0
Bolívia	509,0	30,0	1.258,0	379,0
Chile	2.591,0	92,0	950,0	836,0
TOTAL COMUN. ANDINA	4.376,0	367,0	10.463,0	3.603,0
Venezuela	1.171,0	34,0	935,0	999,0
Colômbia	1.115,0	128,0	4.740,0	1.396,0
Peru	1.729,0	157,0	4.051,0	780,0
Equador	361,0	48,0	737,0	428,0
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	1.272,0	374,0	528,0	656,0
Guatemala	527,0	120,0	83,0	195,0
Costa Rica	251,0	16,0	245,0	176,0
El Salvador	125,0	61,0	83,0	88,0
Honduras	341,0	68,0	34,0	108,0
Nicarágua	28,0	109,0	83,0	89,0
TOTAL CARICOM	276,8	17,2	420,9	177,4
Trinidad e Tobago	24,0	4,0	12,0	30,0
Jamaica	188,0	6,0	299,0	89,0
Bahamas	21,0	0,1	0,7	9,0
Barbados	13,0	0,8	7,0	17,0
Santa Lúcia	1,0	0,1	11,0	2,0
Guiana	9,0	1,0	44,0	16,0
Belize	5,0	4,0	4,0	10,0
Antigua e Barbuda	2,0		0,2	0,8
São Vicente e Granadinas	4,0	0,3	12,0	1,0
Granada	3,0	0,6	4,0	1,0
Dominica	6,0	0,1	26,0	1,0
Saint Kitts e Nevis	0,8	0,2	1,0	0,6
TOTAL OUTROS	807,0	147,1	1.061,0	543,0
República Dominicana	439,0	57,0	233,0	321,0
Panamá	126,0	10,0	79,0	136,0
Haiti	218,0	80,0	743,0	79,0
Suriname	24,0	0,1	6,0	7,0
TOTAL ALCA	67.809,8	10.236,3	73.382,9	67.826,4

Fonte: FAO.

Esse estudo preliminar sobre o setor agrícola na ALCA não se esgota com apenas essas análises individualizadas entre os setores, grupos de produtos e fatores de produção, nem a pesquisa tinha esse objetivo, porém algumas considerações já podem ser elencadas. Waquil (2000, p. 66-67) por exemplo, num de seus trabalhos já havia frisado que o Brasil sem dúvida tem grande importância nesse cenário, e figura-se entre os grandes produtores do bloco. E isso realmente pode ser percebido diante as exposições das tabelas, pois

observou-se que o país é líder na produção de cítricos, frutas, raízes e tubérculos; é o segundo maior produtor de oleaginosas, legumes e carnes e o terceiro em cereais e hortaliças.

Por outro lado, buscando fazer um paralelo entre o estudo desenvolvido por Gulliver, Grandi, Spehar e Majella (2001) e os dados encontrados através da tabela 2, pode-se dizer que o México, por exemplo, dentro de seu bloco, o NAFTA, configura-se como o país menos desenvolvido em termos de agricultura, pois dentre os seus sistemas de produção (irrigado, milho-feijão e seco misto), os índices de pobreza rural oscilam entre baixo/moderado a severo/extremo, e tal informação corrobora com os dados encontrados na pesquisa, visto que quando comparado aos seus parceiros de bloco (Estados Unidos e Canadá), o México tem o menor grau de mecanização, ou seja, apresenta menos de 2 tratores para cada 1.000 hectares e utiliza apenas 13,51 toneladas de fertilizantes para a mesma quantidade de área.

No Mercosul, Bolívia e Paraguai são classificados como países de pobreza severa/extrema no seu meio rural, sendo que ambos apresentam o menor índice de mecanização e consumo de fertilizantes. No entanto, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, dentre os seus sistemas de produção, os níveis de pobreza giram entre baixa/moderada a severa/extrema. O Brasil destaca-se diante dos seus parceiros de bloco por possuir 4 sistemas de produção bem definidos que são: intensivo misto, campos, cerrados e planos e seco misto. Somente no sistema seco misto a pobreza rural oscila entre severa a extrema, mas no geral, o país pode ser considerado como emergente no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola.

O Mercado Comum Centro Americano apresenta a pior relação entre tratores e área agrícola, ou seja, apenas 1 trator para cada 1.000 hectares. O MCCA configura-se também como o menor consumidor de fertilizantes de toda a ALCA, não ultrapassando 5 toneladas do insumo para cada 1.000 hectares. Com relação ao Caricom e outros países também verificados na tabela 2, observou-se que a média de consumo de fertilizantes é superior a 7 ton./1.000 ha. quase 45% do que utiliza o Mercosul e 19% do que consome o NAFTA. Porém, se for feita uma análise pela quantidade de tratores, a média do Caricom (3,31 trat/1.000 ha.) é superior do Mercosul (2,33 trat/1.000 ha.) em aproximadamente 30%.

Outro fato importante que também deve ser levado em consideração, é o comportamento estrutural das propriedades agrícolas dos Estados Unidos, pois como pode ser melhor verificado através das tabelas anteriores, apenas 2,36% da população total americana, o equivalente a 6,5 milhões de habitantes, são responsáveis por uma área agrícola de 418 milhões de hectares, aproximadamente 43% da área total do país. Se for feita uma análise comparativa dessas informações com o Brasil por exemplo, o segundo maior país da ALCA em termos geográficos, alguns aspectos interessantes podem ser levantados, como: a população agrícola brasileira é 4,5 vezes superior à americana; no entanto, a área destinada para a produção nacional é 40% menor do que a dos Estados Unidos, o que corresponde apenas a 29% da área total do país.

Entretanto, tudo isso tem uma explicação plausível, uma vez que no Brasil, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 1998, cerca de 80% dos estabelecimentos agrícolas possuíam menos de 50 hectares, o que significa um grande número de pequenas propriedades familiares, sem uma infra-estrutura produtiva adequada. Já nos Estados Unidos a realidade é outra, pois pelo que a pesquisa pode avaliar, esse número reduzido de produtores americanos são por sua vez grandes proprietários de terras, além de possuir praticamente a melhor estrutura produtiva de toda a ALCA em termos do uso mais intensivo dos bens de capital, o que justifica a diferença encontrada entre os dois países, sendo o Brasil caracterizado pelo uso mais intensivo do fator mão-de-obra rural.

A presente pesquisa mostra que um melhor conhecimento da realidade exige mais do que um ponto de visão. Sendo assim, têm sido muito comuns amplitudes limitadas, ou pelo desinteresse, ou pelo desconhecimento do ângulo rural. Nesse ponto, o governo brasileiro tem-se mostrado prudente. A afoiteza que preponderou nas negociações do Mercosul desapareceu, e a realidade é outra, pois uma aproximação mais agressiva com a maior economia do mundo exige cuidados, principalmente considerando a arrogância comercial e negociadora norte-americana.

Para o Brasil, que caminha lentamente com suas reformas, é um cuidado válido. Implica, porém, atrasar para alguns setores produtivos nacionais acesso

ao rico e grande mercado consumidor do norte, uma pelas barreiras impostas para os produtos agrícolas que nos países ricos permanecem, outra pelo impedimento do desenvolvimento essencial para muitos países pobres, como viu-se no decorrer do trabalho. Nesse caso, uma ALCA muito tarde poderá acabar tendo pouco sentido para a agricultura. Porém, uma ALCA mais cedo representa quem sabe uma negociação mais dinâmica, com todas as dificuldades, riscos e oportunidades potenciais que isso implica.

Partindo dessas justificativas antes citadas, verifica-se que pelo menos alguns setores desejam a abertura rápida e irrestrita. No entanto, a dura experiência agrícola do Mercosul ensinou o quanto isso custa em termos sociais e econômicos. Os prejuízos foram para muitos e não só para aqueles que diretamente sofreram as conseqüências imediatas desse acordo internacional. Sendo assim, a análise feita sobre o setor agrícola nas Américas não cobre toda a paisagem. Muito menos a pesquisa tem essa pretensão. No entanto, pode se dizer que é um setor pouco visitado pela sociedade de um modo geral, mas que merece uma passagem, mesmo que seja rápida, pois se avistam cantos pouco conhecidos dos países em estudo.

5 A CULTURA DA SOJA NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

Esse capítulo tem por finalidade, mostrar a importância da cultura da soja na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). E para isso, busca através de vários estudos realizados, fazer uma análise histórica, descritiva e analítica desse produto que nas últimas seis décadas, vem se caracterizando como uma das principais fontes econômicas e de alimentação para vários países do mundo.

Num primeiro momento, o trabalho faz um apanhado histórico da difusão da cultura da soja de um modo geral e nas Américas. Logo após, através de dados estatísticos da FAO (*Food and Agriculture Organization*), USDA/*Oilseeds-World Market and Trade*, Conab e Abiove, a pesquisa é ilustrada com o auxílio de tabelas e gráficos, a fim de melhor verificar a evolução de fatores como a superfície cultivada da soja em hectares, o rendimento em toneladas por hectare e a produção em toneladas, para um período de cinco anos (1996 a 2000), entre os países que fazem parte da formação da ALCA.

5.1 Origem da Soja

Ainda existem muitas dúvidas com relação ao local exato do ponto de partida da cultura da oleaginosa. Alguns acreditam que ela tenha surgido no Leste da Ásia, mais precisamente na China, por volta do século XVII a. C. No entanto, o engenheiro agrônomo Luiz Bonetti, ex-pesquisador da Fundacep de Cruz Alta/RS, assinala que a soja aparece na literatura como uma planta conhecida pelo homem a mais de 5.000 anos.

Após o seu surgimento na China, onde era considerada a mais importante leguminosa cultivada, a soja permaneceu no oriente por dois milênios, só atingindo o ocidente no século XV e início do século XVI, onde ficou durante quatro séculos como uma simples curiosidade. Somente no século XX a soja se expandiu e cresceu de importância no Ocidente, configurando-se como a mais importante oleaginosa em produção no mundo, e também como a planta que

produz mais proteína por hectare e grande fonte de calorias, qualidades essas que tornam a soja como o alimento básico na luta contra a fome no mundo.

A soja difundiu-se na Europa através do cientista alemão Englebert Kaempher, no ano de 1712, o qual trouxe a planta do Japão. Somente em 1790, ela foi cultivada pela primeira vez na Inglaterra. Na França, a mais antiga referência data de 1739, quando sementes enviadas por missionários sediados na China foram plantadas em Paris. Na Itália, o cultivo iniciou em 1840.

Nas Américas, mais precisamente nos Estados Unidos, a primeira menção aparece em 1804, onde surgem as primeiras lavouras na Pensilvânia, e meio século depois foi introduzida nos jardins botânicos de Massachusetts. No Brasil, a primeira notícia sobre o plantio da soja foi dada pelo professor da Escola Agrícola da Bahia Gustavo D'Utra, referindo-se a um produtor baiano no ano de 1882. Em 1892, Daffert fez as primeiras observações sobre a soja em São Paulo, na Estação Agrônômica de Campinas. Em 1900, a oleaginosa foi experimentada no Liceu Rio-Grandense de Agronomia, em Pelotas, e também em outros municípios.

No ano de 1914, o engenheiro agrônomo norte-americano Craig iniciou cultivos regulares no Rio Grande do Sul, com experimentos realizados na Escola Superior de Agronomia e Veterinária em Porto Alegre e, em 1919, verificou-se o primeiro cultivo de soja com bases técnicas na estação experimental no município de Santa Rosa/RS. Em 1936, ocorreu a primeira comercialização, em Giruá/RS, com a discriminação do preço da saca de soja. Até o ano de 1950 a soja era utilizada como fonte de alimentação de suínos. No entanto, somente a partir de 1957, com as freqüentes frustrações das lavouras de trigo, iniciou-se então sua escalada como sustentação da economia regional e de milhares de famílias rurais, pois com bons preços, liquidez e forte mercado interno e externo, a cultura expandiu-se rapidamente e foi ganhando áreas, primeiramente no Rio Grande do Sul e, a seguir, espalhando-se por Santa Catarina, Paraná, São Paulo e outros estados do país.

5.2 Evolução da Cultura da Soja na Área de Livre Comércio das Américas no Período de 1996 a 2000

Conforme dados da FAO, o quarto grão mais produzido no mundo, a soja, que vem logo após o milho, o trigo e o arroz, teve uma produção mundial na ordem de 74 milhões de toneladas, no ano de 2000, sendo que desse total, 73,90% é produzido na ALCA. Atualmente, quatro países lideram o ranking mundial, que são: Estados Unidos, Brasil, Argentina e China, e os três principais produtores que ocupam o 1º, o 2º e o 3º lugar, respectivamente, são membros que formarão essa área de livre comércio.

Tabela 6 – Evolução da superfície cultivada de soja (em ha), na ALCA, no período de 1996 a 2000

<i>Soja</i> Superfície Cultivada (ha)	Anos				
	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL NAFTA	26.547.064	29.149.148	29.578.195	30.403.159	30.556.707
Estados Unidos	25.636.000	27.967.000	28.506.800	29.318.000	29.428.248
Canadá	862.000	1.059.600	977.300	1.004.000	1.058.500
México	49.064	122.548	94.095	81.159	69.959
TOTAL MERCOSUL	17.508.768	19.354.882	21.933.513	22.992.505	24.116.726
Brasil	10.291.500	11.486.500	13.303.700	13.008.000	13.640.026
Argentina	5.913.420	6.393.780	6.954.120	8.180.000	8.637.500
Uruguai	7.600	7.500	9.000	9.000	8.900
Paraguai	833.005	939.652	1.086.043	1.165.750	1.250.000
Bolívia	463.243	527.450	580.650	629.755	580.300
TOTAL COMUN. ANDINA	92.410	59.027	46.040	70.920	94.480
Venezuela	2.175	2.259	2.020	5.000	2.000
Colômbia	27.157	43.454	33.952	21.601	26.000
Peru	1.411	5.021	2.003	1.946	2.151
Equador	61.667	8.293	8.065	42.373	64.329
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	30.481	35.496	38.466	29.395	30.959
Guatemala	15.750	17.500	18.000	18.000	18.000
El Salvador	900	900	1.000	1.000	1.000
Honduras	4.000	3.500	1.400	1.400	1.500
Nicarágua	9.831	13.596	18.066	8.995	10.459
TOTAL OUTROS	180	190	180	180	164
Panamá	140	140	130	130	130
Suriname	40	50	50	50	34
TOTAL ALCA	44.178.903	48.598.743	51.596.394	53.496.159	54.799.036
TOTAL MUNDO	61.081.657	66.947.742	70.976.129	71.890.029	74.150.573
PERCENTUAL ALCA/MUNDO	72,33	72,59	72,70	74,41	73,90

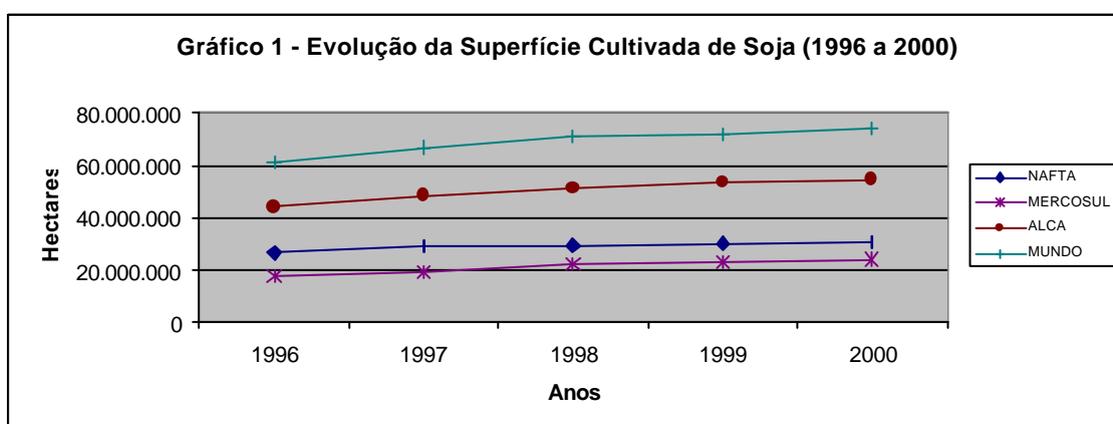
Fonte: FAO.

A tabela 6 apresenta informações sobre a superfície cultivada em hectares de soja no período de 1996 a 2000. E o que se pode verificar num primeiro

momento, é que a quantidade de área plantada do produto, vem crescendo de forma gradativa nesses últimos anos, tanto a nível mundial, como na ALCA. No ano de 1996, a superfície cultivada no bloco era de 44 milhões de hectares, já no ano de 2000 a quantidade aumentou para 54,8 milhões, o que representa um incremento de 24%, sendo que no mundo esse aumento foi de apenas 21,4%.

Outro aspecto importante a ser observado, é o percentual que a ALCA representa em termos relativos de área de soja cultivada no mundo, pois atualmente o bloco ocupa o primeiro lugar com 73,9%. Desse total, o NAFTA é responsável por 55,76% da área, enquanto o que Mercosul ocupa a segunda posição com 44%. Já os demais blocos distribuem a diferença que é de 0,24%. Isoladamente, os Estados Unidos ocupam 53,7% do total da área produzida de soja na ALCA, seguido do Brasil com 24,89% e da Argentina com 15,76%. Dentro de seus blocos, EUA representa 96,3% no NAFTA, enquanto que Brasil e Argentina perfazem 56,55% e 35,81% no Mercosul, respectivamente.

Todavia observa-se que algo curioso vem ocorrendo nesses últimos anos, principalmente quando faz-se uma comparação entre NAFTA e Mercosul, como por exemplo, desde 1997 até o ano de 2000, o bloco encabeçado pelos EUA, vem apresentando pouca variação na expansão da superfície cultivada de soja, o que representa no período um incremento de apenas 4,86%. Já no Mercosul esse valor supera os 24%, o que demonstra de certa forma uma ampliação das fronteiras agrícolas que ainda existem para serem exploradas no bloco. Esses resultados podem ser melhor visualizados através do gráfico 1.



Fonte: FAO.

O Brasil é um dos responsáveis para a obtenção desses resultados, pois entre 1997 a 2000, aumentou a sua área plantada de soja em 18,75%, enquanto que a Argentina, sua parceira de bloco incrementou seu espaço disponível para a mesma cultura em 35,10% no mesmo período.

Sob esse aspecto, Roessing (1998) salienta que a área disponível no mundo para a produção gira em torno de apenas 10%, e é bastante crítico quando enfoca que não resta muita área para aumento de produção, nem de grãos e muito menos de oleaginosas. Porém, um aspecto positivo que o autor observa, é que com respeito ao aumento de área, as regiões que ainda podem incorporar fronteiras são a África e América Latina, mas principalmente o Brasil.

Por outro lado, buscando fazer um paralelo entre as informações da tabela 1, que mostra a área agrícola disponível, e a tabela 6, algumas considerações podem ser elencadas, como: da superfície agrícola total da ALCA, que corresponde a 124 milhões de hectares, 5,48 milhões são ocupados para o cultivo da soja, o que corresponde em valores relativos a 4,42%. Os Estados Unidos é o país que mais disponibiliza suas terras produtivas para o cultivo da oleaginosa, em torno de 7,03%, seguido do Brasil com 5,4%, do Paraguai com 5,2% e da Argentina com 5,1%. O Canadá, por sua vez, ocupa apenas 0,98% da sua área agrícola total para o cultivo da planta

Tabela 7 – Rendimento médio em kg/ha por hectare de soja, na ALCA, no período de 1996 a 2000

<i>Soja</i>	Anos				
<i>Rendimento médio (ton/ha)</i>	1996	1997	1998	1999	2000
MEDIA NAFTA	2.062	2.235	2.338	2.289	2.200
Estados Unidos	2.527	2.616	2.616	2.463	2.561
Canadá	2.517	2.584	2.800	2.769	2.549
México	1.142	1.505	1.597	1.636	1.491
MEDIA MERCOSUL	2.175	2.112	2.326	2.262	2.189
Brasil	2.249	2.297	2.353	2.375	2.399
Argentina	2.105	1.721	2.693	2.445	2.339
Uruguai	1.789	1.733	2.111	2.111	1.764
Paraguai	2.874	2.841	2.629	2.833	2.320
Bolívia	1.860	1.967	1.843	1.547	1.122
MEDIA COMUM. ANDINA	1.970	1.887	1.907	1.588	1.823
Venezuela	2.917	2.885	2.811	1.041	2.247
Colômbia	2.139	2.078	2.119	2.048	2.000
Peru	1.564	1.447	1.430	1.448	1.454
Equador	1.260	1.136	1.269	1.813	1.591
MEDIA MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	2.328	2.334	2.176	2.391	2.348
Guatemala	2.761	2.760	2.666	2.833	2.777
El Salvador	2.333	2.444	2.400	2.400	2.400
Honduras	2.000	2.000	2.142	2.142	2.000
Nicarágua	2.216	2.133	1.497	2.190	2.216
MEDIA OUTROS	868	803	835	835	752
Panamá	785	785	769	769	769
Suriname	950	820	900	900	735
MEDIA ALCA	2.401	2.416	2.551	2.440	2.472
MEDIA MUNDO	2.131	2.157	2.255	2.194	2.176
DIFERENÇA ALCA/MUNDO (kg)	270	259	296	246	296

Fonte: FAO.

A tabela 7 ilustra o rendimento médio da soja em quilogramas por hectare, nos países da ALCA entre os anos de 1996 a 2000. O que se pode verificar em termos gerais, é que o bloco colhe aproximadamente 13% a mais, do que a média mundial (isso representa uma diferença de 4 a 5 sacas por hectare). No entanto, esse fator pode ser levado em consideração, pois blocos como o NAFTA e o Mercosul, são formados por países que tem tradição na produção de soja, e tendem a puxar essa média para cima. Destaca-se principalmente no NAFTA os Estados Unidos e o Canadá, e no Mercosul o Brasil e a Argentina, os quais apresentam realidades diferenciadas, pois ambos apresentam rendimentos superiores à média dos outros países também produtores de soja.

Dentre os três principais países produtores de soja na ALCA, a média do quinquênio (1996 a 2000), aponta em primeiro lugar para os EUA com 2.556 kg/ha, seguido do Brasil com 2.334 kg/ha e da Argentina com 2.260 kg/ha. No entanto, pode-se observar que embora o Brasil ocupe a segunda posição em

rendimento, o mesmo vem apresentando no período aumentos gradativos de eficiência produtiva, e isso pode ser melhor verificado através da tabela 7, onde no ano de 2000 a média foi 6,66% superior ao verificado em 1996. Mas o mesmo não ocorre com os Estados Unidos, pois o rendimento médio vem mantendo-se estável no período em análise, porém sempre com safras de produção acima das 41 sacas de 60 kg por hectare. A Argentina vem alternando nesses últimos anos bons e maus resultados, sendo o pico em 1998, quando a média chegou a quase 2.700 kg/ha. Todavia, esse rendimento é muito satisfatório quando comparado ao ano anterior, onde a produtividade não chegou a 29 sacas por hectare.

Entretanto, essa alternância de rendimentos entre os anos se dá devido a vários fatores, como condições de clima, solo, tecnologias diferenciadas de produção, entre outros. Sob esse aspecto Roessing (1998), diz que ...” o abastecimento mundial de alimentos depende exclusivamente da manutenção das instituições de pesquisa agrícola a nível mundial e da transferência de tecnologias para o produtor rural” (Roessing, 1998, p. 9).

Então, segundo o autor, pode se verificar que não basta aumentar o espaço físico para o cultivo das oleaginosas, mas sim produzir com qualidade, com o objetivo de aumentar o rendimento médio por hectare de produto.

Ainda falando em termos de produtividade, mais detalhadamente da soja brasileira, Bisotto e Farias (2001) na sua pesquisa, destacam os estados do Mato Grosso, Paraná e Goiás com rendimentos acima das 40 sacas/ha, ou seja, mais de 2.400 kg/ha. Seguido dos estados do Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Piauí, Santa Catarina, São Paulo, Maranhão, Tocantins e Minas Gerais com níveis de produtividade entre 35 a 40 sacas por hectare. E por último vem a Bahia e o Rio Grande do Sul com os menores rendimentos médios, em torno de 30 a 35 sacas/ha. Segundo o engenheiro agrônomo Aurelino Dutra de Farias, o problema dos baixos rendimentos no estado do Rio Grande do Sul, se dá devido à falta de chuvas que quase todos os anos acontece durante a fase do desenvolvimento da cultura, principalmente na época do enchimento do grão.

Tabela 8 – Evolução da produção de soja em toneladas, na ALCA, no período de 1996 a 2000

Soja Produção (ton)	Anos				
	1996	1997	1998	1999	2000
TOTAL NAFTA	67.008.074	76.099.526	77.486.296	75.136.824	78.180.642
Estados Unidos	64.782.000	73.177.000	74.599.000	72.223.000	75.378.000
Canadá	2.170.000	2.738.000	2.737.000	2.781.000	2.698.300
México	56.074	184.526	150.296	132.824	104.342
TOTAL MERCOSUL	38.873.504	41.117.149	53.984.904	55.197.889	57.079.918
Brasil	23.155.274	26.391.448	31.307.440	30.901.140	32.734.958
Argentina	12.448.200	11.004.900	18.732.200	20.000.000	20.206.600
Uruguai	13.600	13.000	19.000	18.999	6.800
Paraguai	2.394.794	2.670.003	2.855.742	3.303.500	2.900.000
Bolívia	861.636	1.037.798	1.070.522	974.250	1.231.560
TOTAL COMUM. ANDINA	144.356	113.510	90.749	129.103	162.029
Venezuela	6.345	6.518	5.680	5.207	4.495
Colômbia	58.103	90.297	71.968	44.253	52.000
Peru	2.208	7.270	2.866	2.819	3.128
Equador	77.700	9.425	10.235	76.824	102.406
TOTAL MERCADO COMUM CENTRO AMERICANO	75.388	86.505	80.452	76.100	78.582
Guatemala	43.497	48.300	48.000	51.000	50.000
El Salvador	2.100	2.200	2.400	2.400	2.400
Honduras	8.000	7.000	3.000	3.000	3.000
Nicarágua	21.791	29.005	27.052	19.700	23.182
TOTAL OUTROS	148	151	145	145	125
Panamá	110	110	100	100	100
Suriname	38	41	45	45	25
TOTAL ALCA	106.101.470	117.416.841	131.642.546	130.540.061	135.501.296
TOTAL MUNDO	130.206.383	144.416.904	160.097.088	157.782.899	161.406.181
PERCENTUAL ALCA/MUNDO	81,49	81,30	82,23	82,73	83,95

Fonte: FAO.

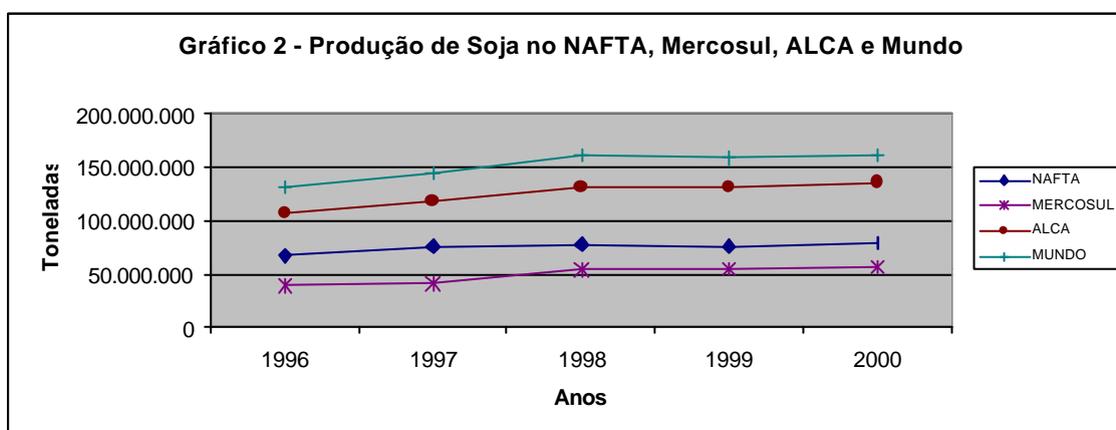
Conforme as informações da tabela 8, que demonstra a evolução da produção da soja na ALCA e no mundo, entre os anos de 1996 a 2000, verifica-se que a oleaginosa vem progredindo gradualmente muito em termos de quantidade produzida. Primeiramente, no ano de 1996 a ALCA produzia cerca de 106 milhões de toneladas, o que correspondia a 81,49% do total produzido no mundo. Já, em 2000 essa produção aumentou para 135,5 milhões de toneladas, o que significa um incremento de 27,70%, enquanto que a sua participação relativa na produção mundial subiu para 83,94%. A nível mundial, o desempenho foi um pouco inferior, ficando abaixo dos 24% no mesmo período.

Falando em termos de blocos econômicos, o NAFTA produziu no ano de 2000 mais de 78 milhões de toneladas do grão, o que corresponde a 57,69% do total produzido na ALCA e 48,43% da produção mundial. O Mercosul aparece na segunda posição com 57 milhões de toneladas do produto, e, em valores relativos alcança 42,12% do total produzido na ALCA e 35,36% da produção mundial. Em

síntese, verifica-se que NAFTA e Mercosul conjuntos perfazem mais de 99% da produção total de soja na ALCA e 83,80% da produção mundial (gráfico 2).

E isso, deixa claro que o bloco desempenha um papel fundamental na geração de renda, emprego e divisas, pois somente no Brasil, segundo informações do Anuário Brasileiro da Soja (2001), existem atualmente cerca de 243 mil produtores, o que representa mais de 900 mil pessoas diretamente envolvidas na produção da oleaginosa e 5 milhões indiretamente, o que evidencia a contribuição essencial desse produto que há muito tempo vem se destacando como fonte de proteínas e de riqueza.

Dentre os principais países produtores de soja na ALCA, destaca-se os Estados Unidos, que até o ano de 2000, com sua produção acima das 75 milhões de toneladas, detém cerca de 55,62% do total produzido no bloco e 46,70% da produção mundial. No entanto, a participação americana vem decrescendo no período analisado, pois nos anos de 1996 e 1997 o país chegou a produzir mais da metade da soja cultivada no mundo.



Fonte: FAO.

O Brasil com uma produção de 32,7 milhões de toneladas no ano de 2000, ocupa a segunda posição no bloco e no mundo. Atualmente sua participação relativa é de 24,15% na ALCA e 20,28% no geral. O país nesses últimos anos vem ganhando grande destaque no cultivo da oleaginosa, e isso pode ser verificado através da tabela 8, pois entre o quinquênio 1996/2000, houve um incremento de produção na ordem de 41,37%, fruto de um aumento significativo

na superfície cultivada associado aos bons resultados obtidos com os rendimentos médios por hectare do produto no período analisado.

A Argentina configura-se como o terceiro maior produtor de soja na ALCA e no mundo. No ano de 1996 sua produção chegou aos 12,4 milhões de toneladas. Porém, quatro anos depois, a quantidade aumentou para 20,2 milhões de toneladas, o que significa um acréscimo de produção na faixa de 62,32%. Embora seu rendimento médio por hectare seja um pouco desregular no período, o aumento da produção está diretamente ligado ao incremento da superfície cultivada, que passou de 5,9 milhões de hectares, para 8,6 milhões, significando em termos relativos um acréscimo de 46,06% de área destinada para o cultivo da oleaginosa.

Com produções superiores a 2,9 e 2,6 milhões de toneladas de soja, Paraguai e Canadá atualmente ocupam a 6^o e a 7^o posição no ranking mundial, e 4^o e 5^o lugares na ALCA. Embora suas participações sejam relativamente pequenas a nível de mundo e de bloco, não se pode menosprezar os dados obtidos junto a FAO. Pois, o Paraguai no ano de 1999 chegou a 3,3 milhões de toneladas, quase um milhão de toneladas a mais de produto se comparado ao ano de 1996. Já, o Canadá vem se mantendo com um média acima dos 2,7 milhões de toneladas desde 1997 até 2000, o que significa um acréscimo de 26,19% na produção nesses últimos anos.

Embora a pesquisa enfoque os três principais produtores de soja do mundo, os Estados Unidos, O Brasil e a Argentina, é interessante saber a existência de algumas peculiaridades no processo produtivo de cada país, pois dessa maneira vai ser possível identificar alguns aspectos ainda não descritos no trabalho.

Começando com os Estados Unidos, o maior produtor mundial de soja, pode se dizer que o mesmo por ser um país desenvolvido, destina um maior espaço para à agricultura, explorando-a de maneira intensa e utilizando um elevado grau de tecnologia. Tradicionalmente, a região agrícola dos EUA está localizada na porção central, e o espaço disponível para a produção é dividido em grandes áreas monocultoras, chamadas de cinturões. A principal característica do

uso da terra nos EUA é a forma intensiva de utilização, ou seja, obtém-se produtividade do solo graças á melhor utilização qualitativa do mesmo.

Os sistemas intensivos, como no caso da soja, caracteriza-se pela intensiva mecanização, tanto que os médios e os grandes propriedades são exploradas com pouca mão-de-obra e alta tecnologia, como o uso de sementes selecionadas, fertilizantes, defensivos para o combate de pragas e mecanização, o que resulta em excepcionais rendimentos por área cultivada.

A região produtora de soja nos Estados Unidos está localizada entre o cinturão do trigo (*Wheat Belt*) e o cinturão do milho (*Corn Belt*), praticamente no centro do país. Os principais estados produtores são: Utah, Colorado, Wyoming, Nebraska e Dakota do Sul no cinturão do trigo; e, Kansas, Iowa, Illinois, Missouri e Indiana no cinturão do milho.

No Brasil, segundo maior produtor de soja no mundo, a oleaginosa é cultivada em 13 estados e ocupa aproximadamente 55%¹⁰ da área produtiva do país. Três desses estados, mais precisamente Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, são responsáveis por 63,6% da produção nacional, e outros dois, Goiás e Mato Grosso do Sul, produzem mais 20% do total. A seguir vem Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Maranhão, Tocantins, Piauí e Distrito Federal.

Quanto ao sistema de produção, a soja brasileira não possui diferenças significativas no seu modo de cultivo em todo o território nacional, pois, praticamente em todo o país, utiliza-se o sistema convencional de semeadura e o sistema direto. Quanto a estrutura agrária, o tamanho da propriedade vem aumentando, mostrando que a soja é uma cultura de grande escala, sendo pouco aconselhável a produção em pequenas propriedades, pelo menos para fins comerciais¹¹, uma vez que nesses modelos de produção, é interessante a diversificação das atividades, e não a prática da monocultura.

A Argentina atualmente ocupa a terceira posição no ranking mundial da produção de soja. Até o ano de 1997, a China detinha essa colocação, porém em 1998 o quadro foi revertido, e a Argentina passava de uma produção de 11

¹⁰ Para maiores informações consultar o Anuário Brasileiro da Soja, 2001, p. 14.

¹¹ Para maiores detalhes consultar a Revista Informe Econômico CNPSO – v. 4, n^o 1 – p. 5-80 – abr – 1998.

milhões de toneladas (1997) para 18,7 milhões (1998), contra 15,1 milhões da China no mesmo período. O cultivo da soja na Argentina está localizado na província de Santa Fé, na zona norte e sudeste de Buenos Aires e na província de Córdoba. Essas três províncias concentram aproximadamente 90% da superfície semeada no país.

Nesses últimos anos, a tecnologia disponível para o cultivo da soja está sendo ajustado de maneira que as culturas sejam adaptadas para cada zona ecológica, permitindo assim, que os rendimentos sejam adequados de acordo com a região. A incorporação de híbridos específicos para cada zona e tipo de solo, junto ao correto ajuste tecnológico ao uso de insumos, tornam a produção Argentina mais competitiva nos últimos anos, fator esse que permitiu um salto quantitativo de produtividade, que associado ao incremento da superfície cultivada, transformou a Argentina no terceiro maior produtor de soja do mundo.

Encerra-se o capítulo com um assunto que tem gerado muita polêmica nos últimos anos, que é a questão da soja geneticamente modificada, também chamada de soja transgênica. Até o presente momento, pode-se dizer que a legislação brasileira não oficializou a produção dessa oleaginosa, no entanto, segundo dados não oficiais, coletados junto aos entrevistados da pesquisa, cerca de 70% da soja produzida no estado do Rio Grande do Sul é transgênica, mesmo sem a autorização do Ministério da Agricultura.

No entanto, o posicionamento de países como a Inglaterra, Alemanha, Áustria, Suíça e Japão parece ser bastante rígido quando os assuntos são relacionados aos produtos transgênicos, pois os mesmos não admitem a entrada desses alimentos, uma vez que ainda, pouco se sabe sobre os possíveis riscos para a saúde dos consumidores e para o meio ambiente.

Para os agricultores entrevistados, a questão da redução dos custos de produção da soja geneticamente modificada é o fator preponderante para que os transgênicos sejam liberados o mais breve possível. Uma vez que poderiam ter um ganho significativo no que diz respeito ao uso menos intensivo de herbicidas, já que a soja transgênica necessita de menos tratamento com defensivos agrícolas. Mas uma vez, os produtores questionam que dessa maneira, não tem como concorrer em termos de custos com países como a Argentina e os Estados

Unidos, pois ambos já desenvolvem essa técnica a muito mais tempo, e vem mantendo rendimentos satisfatórios tanto em produtividade como na redução das despesas decorrentes do cultivo da oleaginosa.

6 O PARECER DOS PRODUTORES, TÉCNICOS E EMPRESÁRIOS RURAIS SOBRE O MERCADO DA SOJA NA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS

O quarto capítulo da presente pesquisa, tem por objetivo analisar a percepção dos produtores, técnicos e empresários rurais envolvidos diretamente com a produção e a comercialização de soja. Para isso, o trabalho está fundamentado nas informações obtidas através de questionários que foram aplicados aos agentes. É importante ressaltar que não se trata de pessoas estudiosas ou entendidas no assunto, mas sim, representantes de uma classe, cujo o propósito é de observar o ponto de vista pessoal, do que cada um tem de conhecimento sobre a matéria.

Nos capítulos anteriores do trabalho, falou-se sobre o processo de formação da ALCA, através de suas reuniões de cúpula e ministeriais; num outro segmento, abordou-se as principais atividades agrícolas desenvolvidas em cada país participante do bloco, bem como de suas estruturas produtivas; logo após, desenvolveu-se uma pesquisa mais específica sobre a soja entre os países membros da ALCA; e agora, com a finalidade de saber qual o parecer dos agentes sobre esse processo de integração e principalmente, com as questões relacionadas ao agronegócio da soja, formulou-se as seguintes questões relativas ao conhecimento do assunto: se esse acordo comercial pode ser bom ou ruim para os produtores de soja, se existem mais riscos ou oportunidades para o mercado de grãos (mais especificamente a soja) , se o prazo para a implantação da ALCA é suficiente para o amadurecimento da proposta, as opiniões pessoais sobre o Mercosul e comentários complementares.

Em face a isso, delimitou-se como área para a pesquisa os municípios de Passo Fundo, Carazinho, Tio Hugo, Chapada e Não-Me-Toque, todos no Rio Grande do Sul. A amostra dos entrevistados foi aleatória, não podendo ser generalizada para todos os produtores, técnicos e empresários participantes do complexo da soja no estado.

Os questionários foram aplicados a 30 agentes, em forma de entrevista gravada. As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido, conforme observou-se nos parágrafos anteriores. No entanto, pode se dizer que os entrevistados opinaram livremente sobre os temas propostos, expressando-se de maneira espontânea e explicitando o seu ponto de vista de acordo com o que cada um tem de conhecimento sobre os assuntos.

6.1 OPINIÃO DOS PRODUTORES SOBRE A ALCA

Com relação a primeira questão aplicada aos produtores rurais, que aborda as informações sobre a Área de Livre Comércio das Américas, 91% dos agricultores já tinham ouvido falar sobre a ALCA. Desses, 33% tem um bom conhecimento do assunto abordado, 25% dos entrevistados tem conhecimentos intermediários e 42% tem pouco, ou quase nenhum conhecimento. Ainda na mesma questão, porém com outro ênfase, perguntou-se qual a opinião deles sobre a matéria em epígrafe. E nesse ponto, 38% dos produtores não opinaram em virtude de afirmarem ter recebido pouca, ou nenhuma informação no decorrer da pesquisa, 46% dos entrevistados acreditam que a ALCA vai ser muito ruim para o Brasil e salientam:

“ Eu acho que essa tal de ALCA vai se muito ruim pro Brasil, temos que negociar sem a influência dos outros “ (produtor 2).

“ O Brasil não vai levar vantagem nenhuma porque é um país pobre, os americanos vão querer mandar no jogo ” (produtor 8).

No entanto 16% dos produtores acham que a ALCA pode ser um bom acordo para o Brasil e para o mercado da soja, e alguns deles arriscam palpites dizendo o seguinte:

“ É bom para o Brasil, pois assim podemos ter maior poder de barganha, contra os outros países “ (produtor 3).

“ O Brasil pode ganhar muito, devido a abertura de novos mercados e principalmente porque estamos juntos com os americanos “ (produtor 10).

O que se pode verificar nessa primeira questão desenvolvida junto aos produtores rurais, é que ainda existe muitas dúvidas quando o assunto é o envolvimento do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas, pode-se dizer também que a ALCA não é muito bem aceita para a maioria deles. Um dos motivos é pelo baixo nível de instrução dos produtores, e o outro é realmente pelo pequeno volume de informações que vem sendo repassados aos mesmos, e a toda sociedade.

A questão dois enfoca se a ALCA pode ser boa ou ruim para o mercado da soja. E nesse caso, nenhum dos produtores opinou a favor que a Área de Livre Comércio pode ser um bom negócio para o Brasil, e principalmente para a soja. 18% dos agentes dizem que não haverá nenhum tipo de influência para o mercado, mas 82% dos agricultores afirmam que a ALCA vai ser muito ruim para a oleaginosa e argumentam:

“ Essa ALCA vai ser muito ruim para nos produtor, porque o produto deles é garantido pelo governo e não temos como competir “ (produtor 4).

“ Eu acho que vai se ruim, pois os americanos são os maiores produtores de soja do mundo e eles vão querer ditar os preço e as regras “ (produtor 11).

O mercado da soja, pelo menos para esses produtores que foram entrevistados, vai sofrer grande pressão americana, uma pelo alto volume de produção e outra pela influência nos preços, ditados pela Bolsa de Chicago. Novamente eles enfatizam a pouca importância que a classe está dando para o assunto, no entanto, o grande receio desses agricultores é ficar na dependência dos EUA para produzir, tanto que alguns dizem que os americanos querem determinar até o quanto se deve produzir de soja por ano, com o objetivo do produto nacional ser menos competitivo no mercado mundial.

Com relação a questão 3 que aponta para os possíveis riscos e oportunidades para a oleaginosa, 61% dos produtores dizem que existirá mais riscos, e apenas um agricultor acredita que não haverá risco nenhum. Desses, 14% falam que a ALCA trará oportunidades para o mercado, e 25% não opinou sobre o assunto, ou por não terem conhecimento, ou por acharem que não existe

nem riscos e nem oportunidades. Vale salientar que entre aqueles que apontam mais riscos para a produção do grão, tem-se as seguintes opiniões:

“ Eu acho que isso é uma jogada dos americanos, para prejudicar os países da América do Sul “ (produtor 4).

“ Veja só, nem o Mercosul deu certo, imagina com essa monte de país tudo diferente, alguns vão se beneficiar, mais os pobres como nos vão sair prejudicados “ (produtor 9).

Dentre aqueles que afirmam que a ALCA trará oportunidades, tem-se as seguintes colocações:

“ No futuro o Brasil pode colocar mais produção, pois vai existir mais consumidores de grãos” (produtor 5).

“ Temos que produzir com mais competitividade, e quem sobrar no mercado, vai ganhar muito dinheiro produzindo comida para os outros “ (produtor 10).

A questão 4 pede a opinião dos agricultores sobre o prazo para a implantação da ALCA, e nesse ponto, verificou-se que 45% dos entrevistados acham o prazo de 2005, não ser suficiente para a implantação do projeto, 37% dos produtores dizem que o prazo é suficiente, e 18% não opinaram. Dentre os que não aprovam o prazo, tem-se as seguintes considerações:

“ Eu acho que não está muito maduro não, vai demorar muito para amadurecer, quanto mais tempo levar para essa tal de ALCA acontecer, melhor vai ser para nos produtores “ (produtor 2).

“ O prazo não é suficiente, devia espichar mais para dar maior explicação para nos de como funciona isso, eu acho que o maior problema ainda é a pressão dos americanos” (produtor 1).

Já, aqueles produtores que acham o prazo de 2005 suficiente para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas, as colocações são as seguintes:

“ O prazo é suficiente, o Brasil já está preparado, e tá começando a se conscientizar de seu papel de produtor, e da necessidade de competirmos aí fora, por isso eu acho que a idéia já está madura “ (produtor 7).

“ Depende muito das negociações do governo brasileiro com os americanos, mas o tempo é suficiente, mas pouco foi feito, mas eu acho que vai ser fácil de colocar isso em prática “ (produtor 6).

Nota-se que ainda existem muitas informações desencontradas e desconexas nas opiniões dos produtores, no entanto, na sua simplicidade e no seu pouco conhecimento, são aceitáveis tais afirmativas, e logo após uma idéia contrária sobre o mesmo assunto. Porém, neles expressa-se a mais pura e reveladora opinião das pessoas que tentam de uma maneira, ou de outra, contribuir com seus poucos recursos intelectuais, dar suas opiniões sobre questões tão amplas e complexas.

O Mercosul também tem seu espaço reservado na pesquisa, e a questão 5 refere-se principalmente na indagação, se o bloco está ou não preparado para receber a ALCA. Nesse caso, as opiniões foram unânimes, pois todos os produtores salientam que o Mercado Comum do Sul, não tem preparo nenhum para fazer frente a Área de Livre Comércio, e ainda argumentam que o bloco do Mercosul é muito fraco e vive sobre a pressão dos Estados Unidos. Dentre algumas opiniões dos agricultores, o trabalho salienta as seguintes:

“ O Mercosul não está fechando, imagine a ALCA com todos esses países, como é que vai fechar? Eu acho que essa tal de ALCA vai ser tão bucha quanto o Mercosul “ (produtor 2).

“ Mercosul é um bloco fraco, não conseguimos nem negociar com os Argentinos, imagine com os outros, é importante os países se unir, para ter mais força política. Eu acho que o primeiro passo é se fortalecer, porque senão vamos entrar nessa briga já em desvantagem “ (produtor 5).

De uma coisa esses produtores não tem dúvida, e parece ser até uma discussão bastante antiga, mas quando se fala em Mercosul, eles dificilmente não envolvem as questões das divergências entre Brasil e Argentina, na questão do trigo. E o interessante disso, com relação a essas profundas crises que o país

vizinho enfrenta, é que os agricultores da região em estudo, por menor que seja seu conhecimento, sabem o que isso pode representar em termos de desvantagem para o Brasil e para o setor.

A questão 6 solicitou que os produtores apontassem os pontos positivos e negativos da ALCA, e dentre os aspectos negativos com relação ao bloco, os agricultores salientam que a existência de barreiras comerciais, os subsídios e os preços do produto regrados pela Bolsa de Chicago, são os principais fatores que desabonam a formação da Área de Livre Comércio. No entanto, caso não existam esses empecilhos, os produtores argumentam que pode ser bom para o mercado da soja, pois o Brasil poderia expandir suas áreas produtivas, poderia também criar novas oportunidades de negócios, bem como da ampliação das exportações. Ainda, dentre os entrevistados, apenas três agricultores não opinaram sobre os aspectos positivos ou negativos da ALCA pelo desconhecimento do assunto.

6.2 OPINIÃO DOS TÉCNICOS SOBRE A ALCA

A primeira questão aplicada aos técnicos agrícolas refere-se ao volume de informações recebidas pelos mesmos sobre a Área de Livre Comércio das Américas. Num primeiro momento, verificou-se que todos os entrevistados já tem conhecimento sobre o assunto. Desses, 12% reconhecem que tem um bom conhecimento sobre a matéria proposta, 44% dizem ter conhecimentos intermediários, e os outros 44% falam não ser profundos conhecedores do tema. Ainda na mesma questão, perguntou-se aos técnicos, qual a opinião deles com relação a ALCA, e apenas 20% dos agentes disseram não ter opinião formada sobre o assunto. Porém, os demais mostram-se favoráveis a qualquer tipo de integração comercial, e determinam que caso a ALCA seja discutida com igualdade para todos os países participantes, será um bom negócio para ambas as economias. Outros técnicos ainda ilustram que essa aliança comercial é saudável, pois estimula a concorrência entre os países, fazendo com que os mesmos produzam com mais qualidade e produtividade.

Com relação a segunda pergunta, que questiona se a formação ALCA pode ser bom ou ruim para o mercado da soja, 50% dos entrevistados dizem que a implementação do bloco é bom para os produtores, 30% dizem não ser um bom negócio e 20% afirmam que não haverá nenhum tipo de influência sobre a oleaginosa. Dentre os técnicos que observaram ser interessante esse processo de integração para o agronegócios, tem-se as seguintes opiniões:

“..... Eu acho que a ALCA é um bom negócio para o Brasil e para o mercado da soja, pois a abertura de novos mercados, faz com que produtores se especializem, busquem mais informações e sejam mais competitivos” (Técnico 1).

Já para os agentes que dizem não ser um bom negócio para a oleaginosa, a principal condição negativa diz respeito as questões relacionadas aos preços internacionais regrados pela Bolsa de Chicago, a diferença dos padrões de cultivo da planta, as barreiras comerciais e os subsídios. Para esses entrevistados, o grande receio está nas assimetrias encontradas nos membros participantes do bloco, pois quando o poder econômico se sobrepõem aos interesses, o resultado é o domínio comercial dos países ricos sobre os menos favorecidos.

No entanto, alguns técnicos agrícolas afirmam que a Área de Livre Comércio das Américas não terá influência nenhuma sobre o agronegócios da soja e ainda ilustram:

“..... Como a soja é uma commodity, a ALCA não vai ter influência nenhuma, pois seu preço é internacional e já está regulado pela Bolsa de Chicago. Por isso, eu acho que não vai mudar em nada” (Técnico 6).

A questão 3 tem seu foco voltado para os possíveis riscos e oportunidades que a ALCA pode trazer para o mercado da soja. E dentre os entrevistados, 20% apontam que não existirá nenhum risco para a oleaginosa e 20% afirmam não haver nenhuma oportunidade. Porém, os demais agentes associam que os riscos e as oportunidades estão intrinsecamente ligadas, e frisam:

“..... O grande risco que corremos está ligado ao produto, pois quem manda no mercado é quem tem produto na mão. Mas em termos de oportunidades, posso dizer que o Brasil é o país com o maior conhecimento em termos de técnicas agronômicas e pesquisa agrícola” (Técnico 3).

Já para o técnico 2, os riscos estão associados a abertura do mercado, a questão da concorrência com outros países, os subsídios e a competitividade. No entanto, a opinião desse técnico diverge completamente do ponto de vista do técnico 1 por exemplo, pois ele vê nos riscos elencados pelo anterior, as oportunidades para o mercado. Contudo para o técnico 7, os riscos e as oportunidades estão ligados ao clima, e dependendo desses fatores e da produtividade norte-americana, o agronegócio da soja regula-se automaticamente pelo mercado em movimento.

Com relação a questão 4 que perguntou aos técnicos se o prazo de implementação da ALCA para o ano de 2005 é suficiente ou não, as opiniões foram divididas, pois 50% acham suficiente o prazo e os outros 50% dizem ser pouco para um projeto tão amplo e complexo. Dentre os agentes que apostam na suficiência do tempo, alguns elencam que dependendo das tratativas governamentais, a implantação da Área de Livre Comércio é tudo uma questão de adaptação. Já o técnico 9, diz que não há problemas em cumprir o prazo, no entanto ele frisa que deve-se primeiro fazer o dever de casa, e ilustra as questões do déficit público, a economia e a política interna do país.

No entanto, para os que não concordam com o tempo estipulado, as críticas são referentes as questões dos subsídios agrícolas, as diferenças relacionadas a política e a economia dos países integrantes, e a falta de informações ao referido assunto. O técnico 2 tem a seguinte opinião a respeito:

“ Eu acho que o prazo para implantação da ALCA, no ano de 2005, não é suficiente, eles (referindo-se aos EUA) querem que seja rápido para não dar tempo de nós pensarmos no assunto. Precisamos de mais tempo para o país se modernizar em termos de agricultura”.

Referente a questão 5 que propõe aos entrevistados uma opinião sobre o Mercosul, e se o bloco está preparado ou não para acolher a ALCA, 20% dos pesquisados dizem que o Mercado Comum do Sul não está preparado para se associar à Área de Livre Comércio da Américas, 40% declaram que com a implementação da ALCA, a tendência do Mercosul é deixar de existir, e os outros 30% dos agentes são mais críticos que os demais, enfatizando que o Mercosul

nunca foi e nunca será um bloco organizado, devido as crises comerciais entre Brasil e Argentina. Por isso, o técnico 9 tem a seguinte opinião:

“ Eu acho que com a aprovação da ALCA, a tendência é de não existir mais o Mercosul, pois qualquer crise Argentina já desestrutura o Mercosul, e em hipótese alguma podemos ter parceiros de bloco como inimigos comerciais”.

No entanto, o ponto de vista dos técnicos diverge muito no que diz respeito a esse novo modelo, tanto que o técnico 3, afirma que o fortalecimento do Mercosul é interessante para que se possa negociar mais ativamente com os países ricos, pois aumentaria o poder de barganha dos países da América do Sul. Ele ainda salienta que caso houvesse uma união mais séria entre Brasil e Argentina, esses poderiam fazer frente aos Americanos, referente aos assuntos ligados à agricultura.

A última questão aplicada aos técnicos refere-se aos aspectos positivos e negativos da ALCA. E dentre os principais fatores favoráveis a formação do bloco, obteve-se pontos de vista semelhantes para quase todos os entrevistados, e dentre eles, a produção de soja com alta tecnologia a custos menores é um ponto positivo, bem como a abertura comercial e o aumento das exportações sem fronteiras, além dos estímulos ao aumento das áreas plantadas com um mercado mais seguro.

Dentre as características negativas, os agentes destacam principalmente as condições nas quais os países pobres se encontram, em termos de economia, as questões culturais e a política. Por outro lado, a preocupação deles também está relacionada aos interesses Americanos no controle da produção mundial de grãos. Alguns ainda questionam que os produtores brasileiros não estão preparados para a ALCA, no que diz respeito aos subsídios, as barreiras e a competitividade. Porém, ainda na mesma pergunta, dois dos entrevistados acreditam que não haverá pontos negativos, nem para o Brasil e nem para o mercado da soja, a formação da Área de Livre Comércio das Américas, e exemplificam com o caso da União Européia, dizendo que o caminho mais seguro para as nações é esse tipo de acordo comercial, pois os blocos tornam-se mais fortes e competitivos mundialmente.

6.3 OPINIÃO DOS EMPRESÁRIOS RURAIS SOBRE A ALCA

Os empresários rurais também deixaram suas contribuições sobre o assunto em evidência, e num primeiro momento, na questão 1 observou-se que 55% dos entrevistados tem um bom conhecimento sobre a ALCA, 28% tem conhecimentos intermediários e apenas 17% alegaram ter pouco conhecimento do tema proposto. Quando questionados sobre suas opiniões com relação a Área de Livre Comércio, 67% dos agentes não hesitaram em dizer que a ALCA é o futuro das Américas, e que isso já devia ter sido feito há muito tempo atrás, logo com o processo de abertura dos mercados, outros também enfatizam que a ALCA é um instrumento necessário para a quebra do protecionismo agrícola entre os países, e que dificilmente o Brasil ficará de fora desse novo contexto.

No entanto, nem todos os entrevistados estão de acordo com o novo modelo, tanto que o empresário 4 comenta:

“ Não vai ser uma coisa boa nem para o Brasil e nem para o Mercosul, falta maior esclarecimento sobre o assunto, falta transparência. Eu acho que essa discussão deve ser mais aberta para o público, pois alguns setores da economia poderão ser prejudicados, e o grande problema é de que maneira vamos nos inserir nesse contexto”.

Quando questionados se a ALCA pode ser bom ou ruim para o mercado da soja, na pergunta 2, 33% dos empresários disseram que essa associação não vai ser boa para o agronegócios, em virtude do protecionismo americano, dos subsídios e da eficiência produtiva dos EUA. 22% dos entrevistados acreditam que a Área de Livre Comércio não trará nenhuma consequência para o mercado da soja, pois os preços são regulados pela Bolsa de Chicago e quem determina o mercado são os fatores climáticos e a produção mundial de grãos. Mas 45% dos empresários afirmam que a ALCA vai ser um bom negócio para a soja, e caso se estabeleçam relações organizadas de negociações entre os países, o Brasil pode ser muito eficiente internacionalmente, pois apresenta vantagens competitivas na produção da oleaginosa, e ainda salientam que no Mato Grosso e nos estados do norte, se cultiva soja a custos menores que nos Estados Unidos, e ainda pode-se competir em termos de produtividade.

A questão 3 que aponta para os possíveis riscos e oportunidades para o mercado da soja, mostra que os empresários do agronegócios são unânimes em evidenciar que as barreiras norte-americanas, o protecionismo, a dependência brasileira do mercado agrícola internacional e a falta de informações sobre o assunto são os principais riscos que o país e a cultura da soja sofrerá. Mas eles também apostam que a abertura de novos mercados, a produtividade da soja brasileira, seus custos menores e o investimento em pesquisa, é o grande trunfo que o país tem, tanto que o empresário 9 não hesita em dizer:

“ Não podemos temer os americanos, pois não perdemos para eles nem nos custos e nem na produtividade, e se trabalharmos com inteligência para se adequar a nova realidade que nos espera, não existirão barreiras que impeçam a entrada de nossos produtos lá fora”.

Já o empresário 8 afirma que os riscos e as oportunidades estão ligados aos fatores climáticos, e que dependendo da safra americana, os produtores brasileiros vão ganhar mais ou menos dinheiro com a oleaginosa. No entanto, para o empresário 3 a ALCA não vai trazer nem riscos e nem oportunidades, e salienta que o mercado permanecerá como sempre foi, dependente da oferta e da procura de grãos.

A questão 4 solicitou aos empresários que eles dessem suas opiniões sobre o prazo de implantação da ALCA para o ano de 2005. E nesse ponto, a grande maioria dos entrevistados (67%) acredita ser o prazo proposto suficiente, enquanto que os outros 33% alegam que para se estruturar completamente um modelo comercial dessa amplitude, é necessário mais tempo para a idealização do projeto. Dentre esses que não concordam com o prazo, as principais críticas são relacionadas as barreiras comerciais impostas pelos países ricos, os subsídios e a falta de informações ao público em geral sobre o assunto.

Para os empresários que apostam na suficiência do prazo, as considerações são referentes a condução dos acordos que estão sendo feitos entre os países membros, e enfatizam as reuniões que já foram realizadas desde o ano de 1996, considerando que embora as informações não sejam repassadas a sociedade, os governos vem trabalhando nesse modelo a bastante tempo. Sendo assim, o empresário 9 corrobora:

“ Sabendo quais são as negociações, os pontos fortes e os pontos fracos dos países, é tudo uma questão de organização interna, mas o tempo é suficiente. Eu acho que já perdemos muito tempo, já devíamos ter aceito essa proposta a muito mais tempo”.

Uma vez questionados sobre o Mercosul na pergunta 5, verificou-se que 44% dos empresários mostram completa aversão a esse assunto, tanto que muitos são bastante críticos em suas opiniões. Discussões como a fragmentação e a desunião do bloco, as crises argentinas e as diferenças econômicas e políticas, foram as mais evidenciadas nas entrevistas. Porém, 56% dos pesquisados são favoráveis ao fortalecimento do Mercosul, pois eles acreditam que a união dos países da América do Sul pode ser salutar para as negociações com outros países de poder econômico maior, uma vez que ocupam espaços agrícolas de produção competitiva em âmbito mundial.

Dentre os que são a favor de um Mercosul fortalecido, opiniões como, a união dos países do sul traria maior poder de barganha, não se pode deixar que EUA e Canadá ditem as regras da produção agrícola, e uma articulação interna para reunir parceiros fortaleceria o bloco, são as principais idéias que os empresários elencaram, dentro do seu contexto de conhecimento. O empresário 5 tem a seguinte opinião sobre o assunto:

“ Se não aglutinarmos forças, os países ricos tomarão conta. Os grandes vão ditar as regras e vamos dizer amém. Temos que nos impor e fazer respeitar nossas opiniões. Eu acho muito importante uma união interna para fortalecer o Mercosul, pois quanto mais parceiros pudermos juntar, melhor depois para negociar”.

A questão 6 solicita aos entrevistados que eles abordem os pontos positivos e negativos da ALCA. Dentre os fatos positivos, os principais são relacionados as oportunidades de abertura de novos mercados, a busca pela produção de soja a custos mais baixos, a organização do mercado e a busca pelas vantagens competitivas. Já, os aspectos negativos são principalmente referentes ao protecionismo, as barreiras alfandegárias, os subsídios e a hegemonia norte-americana na produção mundial de grãos. No entanto, três dos

empresários entrevistados não destacam pontos negativos para a ALCA, e ainda salientam:

“..... Vai se estabelecer um mercado mais organizado e os preços vão ser ajustados para a América Latina” (empresário 7).

“ A ALCA vai beneficiar os países exportadores de grãos, principalmente para a abertura dos mercados como a China e o Japão” (empresário 8).

“ A ampliação dos mercados com a criação da ALCA, beneficiará o Brasil e principalmente o mercado da soja, pois aumentará a participação da agricultura na pauta das exportações” (empresário 9).

O que se pode observar no decorrer da pesquisa, é que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, quando o assunto é a Área de Livre Comércio das Américas, principalmente no que diz respeito a falta de informações destinadas ao setor agrícola. Com exceção de alguns produtores mais esclarecidos, verificou-se que a grande maioria dos entrevistados da classe, conhecem parcialmente o assunto. No entanto, isso não acontece com os técnicos e com os empresários rurais, pois nota-se que essas são pessoas mais preocupadas na busca pelas instruções e pela construção de seus conhecimentos.

Por outro lado, as principais preocupações tanto de produtores, como de técnicos e empresários, ainda são as questões das barreiras, do protecionismo e dos subsídios aos agricultores norte-americanos, pois, caso essas questões não sejam resolvidas antes da implementação da ALCA, vai ficar muito difícil de competir no mercado externo, uma vez que os preços são ditados pela Bolsa de Chicago.

No entanto, verifica-se que os agentes apostam na ampliação das fronteiras agrícolas, na produção de soja a custos menores, na abertura de novos mercados e na eficiência produtiva brasileira através das pesquisas agronômicas, e eles ainda arriscam palpites, salientando que o país tem um futuro promissor na produção da oleaginosa, e que a soja é o alimento do futuro para as nações.

Encerra-se o presente capítulo com uma questão que é de fundamental importância, que são os chamados subsídios agrícolas. De acordo com o roteiro das entrevistas, os subsídios aparecem em todas as declarações como o principal entrave aos produtores brasileiros. Esses auxílios são considerados pelos agricultores locais como uma barreira em termos de competitividade no mercado da soja, pelo fato de não ter condições de competir com os produtos que são subsidiados pelo governo americano.

Quando questionados sobre o que o governo brasileiro tem feito para reduzir essa disparidade produtiva, 90% dos agricultores responderam que o estado pouco influencia nessas questões, a não ser nos financiamentos com juros de apenas 8,75% ao ano para o custeio agrícola. No entanto, eles também salientam que do total necessário para custear suas lavouras, apenas 80% dos recursos são financiados pelo banco, ficando os outros 20% a cargo dos produtores, que tem de desembolsar o restante com recursos próprios.

Segundo informações dos pesquisados, o governo americano garante uma lucratividade mínima de 30% sobre a produção total, e caso isso não ocorra, o mesmo se encarrega de pagar a diferença aos produtores. Outro fato também interessante é com relação as expectativas de supersafra, pois caso isso ocorra, o governo intervêm e paga os produtores para que não plantem naqueles anos, fazendo com que a super oferta de produtos não se traduza em queda nos preços agrícolas.

Os produtores também consideram os preços dos herbicidas e dos adubos uma maneira de subsidiar a produção, pois como a maioria desses insumos tem origem americana, eles chegam ao Brasil cotados em dólar, e isso faz com que os agricultores brasileiros paguem mais por esses insumos, encarecendo por sua vez os seus custos de produção.

Sendo assim, os entrevistados sugerem que o governo brasileiro tome uma posição enérgica na questão dos subsídios agrícolas, com a finalidade que eles deixem de existir, e para que a ALCA realmente possa desempenhar o seu papel, que é de formar um pacto para o desenvolvimento e a prosperidade dos países menos favorecidos, com democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável das economias. Atualmente, do modo que está, não se pode dizer

que isso é de fato uma concorrência legal. Em termos de produtividade o Brasil tem plenas condições de competir no mercado da soja com os Estados Unidos, no entanto, comercialmente observa-se que hoje o país não tem as mínimas condições de fazer frente a esse modelo estrutural que se desenvolve nos países desenvolvidos.

7 CONCLUSÃO

Buscando encerrar a investigação proposta no decorrer do trabalho, percebe-se que, quando o assunto é a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, isso em praticamente todos os campos de atuação, tanto no econômico, político, estrutural como no comercial. A ALCA ainda revela-se pouco discutida nos meios menos favorecidos da população em estudo. Pessoas pouco esclarecidas ainda saem em protesto contra esse tipo de acordo comercial, no entanto, nem sequer sabem quais os riscos e benefícios que esse processo de integração possa trazer para o povo e para a economia de um modo geral.

E é com essa finalidade que a pesquisa atinge seus objetivos quando num primeiro momento, busca-se através dos antecedentes históricos e da cronologia da ALCA, a descrição de como anda o processo e a evolução dessa integração econômica. Logo, observa-se que, embora o processo venha desenvolvendo-se desde o ano de 1990, intensificando-se a partir de 1994, pouco tem sido feito em termos de implantação das propostas discutidas nas reuniões de cúpula e ministeriais. Discursos como pacto de desenvolvimento e prosperidade, fortalecimento das democracias, livre comércio, erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável, são teorias aparentemente realizáveis, no entanto, desde que foram destacados como os principais pontos da primeira reunião, ocorrida em dezembro de 1994, nos Estados Unidos, nada de concreto aconteceu para que isso fosse visto como prioridade nesses últimos 8 anos de negociações.

No ano de 2001, realizou-se a VI Reunião Ministerial na Argentina, e nesse encontro ficou estabelecido que as negociações para a formação da ALCA devem ser encerradas até janeiro de 2005, para que entrem em vigor as decisões o mais tardar até dezembro do mesmo ano. Entretanto, esbarra-se no seguinte questionamento, se nada mudou do discurso proposto desde 1994 até o tempo presente (2002), o que esperar em termos de transformações econômicas, políticas e estruturais comerciais contundentes no período ainda restante? Porém, essa pergunta não tem uma resposta plausível até o momento, e para a implantação da Área de Livre Comércio restam menos de 3 anos. Então, partindo do pressuposto de que o discurso está muito distante da prática proposta, não se

pode esperar grandes modificações nesse espaço temporal que ainda resta para a realização desse acordo.

Por outro lado, verificando a preparação para as negociações ativas, nota-se que os grupos de trabalho destinados as áreas de acesso a mercados, procedimentos alfandegários, barreiras ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias e os subsídios, pouco tem se manifestado nesses questionamentos, que por sua vez, muito interessa para as chamadas economias menores por exemplo. Esses empreendimentos deveriam ser de caráter imediato, uma vez que trata-se de 34 países totalmente diferenciados e cada um com a sua peculiaridade, principalmente quando se trata das questões agrícolas no bloco.

Falando mais especificamente do setor agrícola na ALCA, observou-se que NAFTA, Mercosul e Comunidade Andina tem uma maior vocação para a produção de alimentos, enquanto que nos demais blocos essa tendência não é tão intensa. Isso demonstra de maneira clara que existem assimetrias produtivas entre os países integrantes do bloco, e fica evidente na pesquisa que não se pode fazer comparações estruturais de produção entre Caricom e NAFTA por exemplo.

Não somente a distância econômica, mas também as diferenças em termos do uso mais intensivo dos fatores de produção, modificam completamente os cenários agrícolas entre os membros do bloco. Pode-se dizer que Estados Unidos e Canadá estão muito bem avançados tecnologicamente, utilizando-se de insumos e de mecanização agrícola mais intensa. Já países como o Brasil, Argentina e México, são mais intensivos no uso do fator mão-de-obra, uma vez que a grande maioria dos produtores pratica a agricultura familiar.

Apesar de todas essas diferenças produtivas, o Brasil pode ser considerado o segundo maior produtor de alimentos da ALCA, e isso deixa o país numa posição confortável perante aos demais parceiros. Perde-se para o Estados Unidos apenas na produção de oleaginosas, legumes e carnes, porém, configura-se como líder no ranking na produção de cítricos, frutas, raízes e tubérculos. Então, não se pode dizer que a expressividade do setor agrícola no Brasil é algo irrelevante, pois o segmento gera para o país renda, emprego e divisas, além de crescimento e desenvolvimento econômico.

Fazendo um estudo mais detalhado da soja na ALCA, percebeu-se que ela é o quarto grão mais produzido no mundo, e que dos quatro maiores produtores mundiais da oleaginosa, três se encontram no bloco, que são Estados Unidos, Brasil e Argentina. A expansão da cultura é tão surpreendente, que em termos de extensão territorial para o cultivo, produção e produtividade tiveram um aumento gradativo nos últimos anos. No Brasil, a soja tem um aspecto muito significativo, tanto que atualmente é a principal cultura na pauta das exportações agrícolas brasileiras. Com uma produção superior a 32 milhões de toneladas no ano de 2000, a soja representou para a economia do país um faturamento de US\$ 5,2 bilhões, e esse valor corresponde a 10% do PIB agrícola e cerca de 1% do PIB nacional. Nesse caso, fica evidente a representatividade dessa cultura no desenvolvimento da produção agrícola no país, ficando assim estabelecido que a oleaginosa é muito importante para a geração de emprego, renda e divisas, ao mesmo tempo que também desenvolvem-se os setores a montante e a jusante dessa cadeia produtiva.

Procurando estabelecer um fechamento de todas as considerações antes discutidas no trabalho, o pesquisador foi a campo, e através de entrevistas junto aos agentes ligados diretamente na produção, comercialização, transportes e industrialização da soja, buscou-se identificar dentro do conhecimento de cada um dos pesquisados, uma contribuição na qual não se encontra em nenhuma bibliografia, que é o ponto de vista pessoal e a opinião clara e sincera sobre o assunto proposto. Diante a esse intercâmbio de idéias, chegou-se às seguintes conclusões: limitados foram os entrevistados com modo pessoal de ver convincente sobre o tema discutido, na maioria dos casos, e principalmente na classe dos produtores, o tema da ALCA ainda é uma incógnita.

Pouco ou quase inexpressivas, são as informações repassadas a esses agentes, e muitos deles nem sequer sabem o significado da sigla da Área de Livre Comércio. O maior receio desse grupo são as indefinições e a falta de transparência sobre o tema, principalmente quando referem-se às questões ligadas à agricultura. Dentre os problemas fundamentais discutidos entre os pesquisados, estão as barreiras aos produtos nacionais que concorrem no mercado externo, o protecionismo dos países ricos, e essencialmente os

subsídios sobre a produção da soja, assim como acontece nos Estados Unidos. Para eles, todos esses empecilhos podem trazer influências negativas para o cultivo da oleaginosa e o agronegócios em geral, pois na opinião dos produtores, a tendência é de que as grandes economias detenham o poder produtivo de alimentos no mundo. Por outro lado, também surgem opiniões de que, caso o Mercosul fosse um pouco mais organizado estruturalmente, poderia ter participação mais ativa nas negociações comerciais com os demais integrantes do bloco.

Ao término da pesquisa, pode se dizer com convicção que dentre todos os aspectos estudados no decorrer do trabalho, a contribuição das pessoas que opinaram livremente sobre a ALCA, determinam um retrato fiel pouco conhecido pelas camadas mais altas da população. Pessoas simples e humildes que revelam no seu pouco conhecimento, uma vasta experiência nas lides da terra, e de tudo que ela representa para a sobrevivência e sustentabilidade das futuras gerações. Fica evidente, que ao findar desse estudo muitos questionamentos e incógnitas surgirão. No entanto, naqueles objetivos que foram propostos, espera-se que o trabalho tenha contribuído, tanto para novas leituras sobre o assunto, como para as futuras pesquisas que estão por vir. O estudo não cobre toda a paisagem do que realmente significa a agricultura para o país, porém, vale a pena dar uma olhada, nem que seja breve, pois nele, pode se avistar caminhos dantes pouco percorridos pela literatura econômica agrícola em geral.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando R. de F. Progressos na Alca. **Conjuntura Econômica**, v. 52 n. 3, p. 43 – 4, mar. 1998.

ANUÁRIO Brasileiro da Soja 2001. Santa Cruz do Sul: Gráfica Palotti, 2001. 143 p.

ARAÚJO, Jr., José T. ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil. **Trabalho apresentado no seminário ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil**. Rio de Janeiro, São Paulo: IPRI, 1998. Documento coletado via internet: www.mre.gov.br/ipri

Área de Livre Comércio das Américas: Banco de dados. Disponível em <http://www.ftaa-alca.org>

BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento): Banco de dados. Disponível em www.worldbank.org

BISOTTO, V. e FARIAS, Antonio D. **Algumas Considerações Sobre a Cultura da Soja**. Emater, 2001. Documento coletado via internet www.emater.gov.br

CAFFANI, Luis C. Mercado da Soja. In: **Preços Agrícolas**. USP/ESALQ. Ano 12, n. 133, p. 40, nov. 1997.

CAMPOS, Ginez L. R. de. Agricultura e Integração Econômica: A questão agrícola no Mercosul e no Contexto das Transformações da Economia Mundial. **Teoria e Evidência Econômica**. UPF, Passo Fundo, ano 3, n. 6, p. 7 – 30, nov. 1995.

CARVALHO, Alexandre, PARENTE, Andreia. **Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas**. Brasília-DF. IPEA. mar. 1999. (texto para discussão, 635)

CHALOUT, Yves, ALMEIDA, Paulo R. de. **Mercosul, Nafta e ALCA: A dimensão social**. São Paulo. LTr, 1999.

COUTINHO, Luciano e FURTADO, João. **A integração Continental Assimétrica Acelerada: Riscos e Oportunidades. Trabalho apresentado no seminário ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil.** Rio de Janeiro, São Paulo: IPRI, 1998. Documento coletado via internet: www.mre.gov.br/ipri

DUPAS, Gilberto. **ALCA e os Interesses do Mercosul. Trabalho apresentado no seminário ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil.** Rio de Janeiro, São Paulo: IPRI, 1998. Documento coletado via internet: www.mre.gov.br/ipri

FERNANDES, Thaís. ALCA: Para que Lado Pesará a Balança? **Ciência Hoje.** vol. 30, n. 180, 2002.

FOOD And Agriculture Organization: Banco de dados. Disponível em www.fao.org

GONÇALVES, Reinaldo. **ALCA e Mercosul: Fatos e Visões. Trabalho apresentado no seminário ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil.** Rio de Janeiro, São Paulo: IPRI, 1998. Documento coletado via internet: www.mre.gov.br/ipri

GRIECO, Francisco de A. **A supremacia americana e a ALCA.** São Paulo. Aduaneiras, 1998.

GULLIVER, A., GRANDI, J. C. de, SPEHAR, C. and MAJELLA, G. **Global Farming Systems Study: Challenges and Priorities to 2030: América Latina and Caribe.** FAO. 2001. Documento coletado via internet: www.fao.org

JANK, Marcos S. et al. Estratégias Agroalimentares para o Mercosul Ampliado. In: **Revista Preços Agrícolas.** USP/ESALQ, ano 13, n. 144, p. 10 – 16, out., 1998.

JÚNIOR, Armando A. G. **A Área de Livre Comércio das Américas.** São Paulo. Aduaneiras, 1999.

LOPES, Mauro R. O que se pode esperar das negociações agrícolas na ALCA. **Agroanalysis.** São Paulo, vol. 17, n. 12, maio, 1997.

MELO, Fernando H. de. Efeitos da Política Cambial nos Preços Agrícolas. **Informe Econômico.** CNPSo. v. 4, n. 1, p. 5 – 80, abr., 1998.

MONTOYA, Marco A. Os custos e benefícios da integração econômica do Grupo Andino: Uma análise do comércio intra-regional no setor agropecuário. In: **Teoria e Evidência Econômica**. UPF, Passo Fundo, ano 3, n. 5, p. 49–76, maio, 1995.

_____. (Org.) et al. Relações Intersetoriais do Mercosul e da Economia Brasileira. **EDIUPF**, Passo Fundo, 1998.

NETO, Pedro de C. A ALCA vista do Campo. **Conjuntura Econômica**, v. 52, n. 6, p. 8–9, jun. 1998.

PAULA, Sérgio R. de e FILHO, Paulo F. Panorama do Complexo Soja. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 119–152, set., 1998.

PEREIRA, Lia V. A agenda brasileira de acordos de integração. **Conjuntura Econômica**, v. 50, n. 5, p. 20–23, maio, 1996.

_____. Mercosul - União Européia: perspectivas da integração. **Conjuntura Econômica**, v. 53, n. 6, p. 14–15, jun. 1999.

_____. A Comunidade Andina e o Mercosul. **Conjuntura Econômica**, v. 54, n. 7, p. 59–62, jul. 2000.

_____. A integração Sul-Americana e a Alca, Cadê a Alcsa? Esqueceram? **Conjuntura econômica**, v. 55, n. 1, p. 60–61, jan. 2001.

_____. ALCA: Uma trajetória a ser definida. **Conjuntura Econômica**, v. 55, n. 3, p. 52–55, mar. 2001.

_____. ALCA, pós - Quebec. É preciso negociar à exaustão. **Conjuntura Econômica**, v. 55, n. 5, p. 62–63, maio, 2001.

RODRIGUES, Maria C. P. Abertura aos investimentos estrangeiros no Brasil. **Conjuntura Econômica**, v. 51, n. 8, p. 124–126, agosto, 1997.

ROESSING, Antonio C. Situação Mundial das Oleaginosas. **Informe Econômico**. CNPSo. v. 4, n. 1, p. 5–80, abr, 1998.

SEVERO, José R. Agricultura no Mercosul. In: **Revista Preços Agrícolas**. USP/ESALQ. Ano 12, n. 129 , p. 10, jul., 1997.

SIMÕES, Antonio J. F. **O Brasil e a ALCA no limiar do novo milênio – Algumas Reflexões. Trabalho apresentado no seminário “ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil”**. Rio de Janeiro, São Paulo: IPRI, 1998
Documento coletado via internet: www.mre.gov.br/ipri

TAGLIALEGNA, Gustavo; JANK, Marcos; MIRANDA, Silvia e RIBEIRO, Fátima. O Brasil na ALCA: Dimensões do Comércio Agroindustrial. **Preços Agrícolas**, ano 13, n. 145, p. 8 – 13, novembro 1998.

WAQUIL, Paulo D. **Cenários de integração regional: impactos sobre o setor produtivo de grãos no MERCOSUL**. Anais do I Encontro de Economia e Econometria da Região Sul. Florianópolis, SC: 1998. (CD-ROM)

_____. O setor agrícola na Área de Livre Comércio das Américas: desafios da integração regional. **Análise Econômica**, ano 18, n. 34. UFRGS, Porto Alegre, 2001.

_____. O setor de grãos e de oleaginosas no Mercosul. In: Mercosul: Agronegócios e Desenvolvimento Econômico. Viçosa, p. 177 – 197, 1997.

9 ANEXO

Modelo do questionário aplicado aos técnicos, empresários e produtores rurais sobre a ALCA.

- 1) Você já ouviu falar da ALCA? Se já ouviu, qual a sua opinião sobre esse tema?
- 2) Na sua opinião, esse processo de integração econômica pode ser bom ou ruim para o mercado da soja? justifique.
- 3) Com a aprovação da ALCA, quais são os possíveis riscos e oportunidades que os Senhores avaliam para o mercado da soja?
- 4) O prazo máximo para à implantação desse processo de integração econômica é o ano de 2005. Na sua opinião, esse prazo parece ser suficiente, ou os países, e os agentes necessitam de mais tempo para o amadurecimento dessa idéia?
- 5) O Mercosul formado por países voltados à produção agrícola está preparado para esse processo? Na sua opinião, o mesmo deve se fortalecer como bloco econômico, para ter maior poder de decisão nas negociações com a ALCA?
- 6) Faça alguns comentários adicionais sobre os aspectos que os Senhores acreditam ser positivo ou negativo, no processo da ALCA, para o mercado da soja.